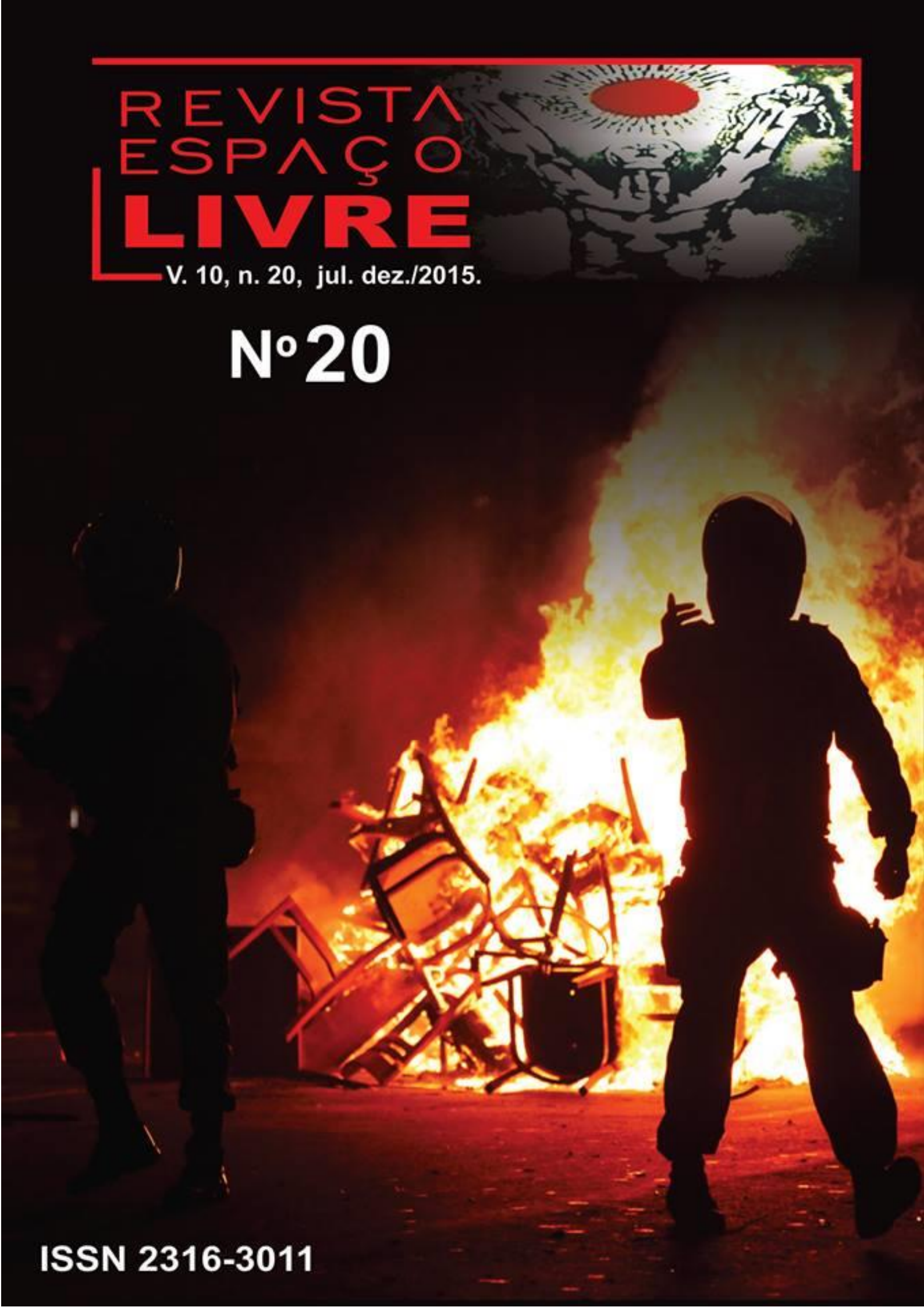


REVISTA
ESPAÇO
LIVRE

V. 10, n. 20, jul. dez./2015.

Nº 20

ISSN 2316-3011



REVISTA ESPAÇO LIVRE

Espaço Livre. Vol. 10, num. 20, jul. dez./2015.

<http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

ISSN 2316-3011

Capa

Edinei Vasco

Conselho Editorial

Edmilson Marques/UEG

Jaciara Reis/UFG

Lisandro Braga/UFMS-UFG

Conselho Consultivo

Adriano José/GDF

André de Melo Santos/UFG

Cleiginaldo Pereira dos Santos/SME

Cleito Pereira dos Santos/UFG

Diego Marques dos Anjos/UNB

Edmilson Borges/UFG

Edmilson Marques/UEG

Erisvaldo Souza/UEG-IFG

Felipe Corrêa Pedro/USP-ITHA

Felipe Mateus de Almeida/UFG

Fernando Lima Neves/USP

Flávio Pereira Diniz/UFG

Gabriel Teles Viana/UFG

Jean Isídio dos Santos/UFG

Jaciara Reis Veiga/UFG

José Nerivaldo Pimenta da Silva/IFG

José Santana da Silva/UEG

Juversino de Jesus Júnior/UEG

Leonardo Venicius Proto Parreira/UEG-UFG

Lisandro Braga/UFMS-UFG

Lucas Maia/IFG

Marcos Augusto Marques Ataiades/UEG

Maria Angélica Peixoto/IFG

Mateus Ório/UFG

Nanci Valadares de Carvalho/UFRJ

Nildo Viana/UFG

Ovil Bueno Fernandes/UEG

Renato Dias de Souza/UEG

Rubens Vinícius da Silva/FURB

Thiago Lemos da Silva/UFU

Uelinton Barbosa Rodrigues /UEG

Veralúcia Pinheiro/UEG

Weder David de Freitas/IFG

Wellington Rodrigues/UFG

EXPEDIENTE

A Revista Espaço Livre é uma publicação eletrônica do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de ideias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da ideia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e serem submetidos para avaliação através da página da revista, que pode ser acessada por este link: <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	05
Porque os Movimentos Revolucionários Anteriores Fracassaram	09
<i>Anton Pannekoek</i>	
Anton Pannekoek e a Utopia Concreta	21
<i>Edmilson Marques</i>	
A Luta de Classes no Brasil (2013-2015)	31
<i>Nildo Viana</i>	
Universidade, Alienação e Capitalismo	45
<i>Leidiane Pereira Almeida</i>	
Contribuição de Bourdieu para a análise do maio de 1968 na França	55
<i>André Melo</i>	
Uma Crítica ao Behaviorismo de Sidney Bijou: o (des) favor que a psicologia pode trazer à educação	66
<i>Edinei Vasco</i>	
A Cidadania do Sujeito na Gramática do Mundo do Trabalho	79
<i>Ciro Antônio da Silva Resende, Janaína Ferreira da Mata, Vander Lúcio Rabelo da Silva e Arthur Rodolpho de Paiva Castro</i>	

APRESENTAÇÃO

A Revista Espaço Livre vem mais uma vez a público apresentar um conjunto de análises sobre determinadas questões que integra a sociedade moderna. A novidade aqui está estampada na originalidade de cada texto, na temática abordada e fundamentalmente na proposição de uma interpretação crítica de determinados aspectos da sociedade atual. A crítica desapiedada do existente, como já apontava Marx, é o ponto de partida para a busca da verdade, para a compreensão real das relações sociais, para a superações das ilusões que a ideologia tende a manter reproduzindo a respeito da realidade, para a luta cultural revolucionária que tem como finalidade contribuir com a abolição do capitalismo e instituição de uma sociedade autogerida pelos produtores, uma sociedade realmente igualitária, pautada pela liberdade.

Esta sociedade, no entanto, só poderá ser efetivada através da luta. Mas não refere-se a uma luta qualquer, trata-se de uma luta que coloca em questão o modo de produção atual, o modo de produção capitalista. É a este que deve a responsabilidade da miséria atual, das relações de exploração, dominação e opressão. Por isso coloca-se a necessidade de sua abolição. Esta negação do modo de produção, no entanto, pressupõe a proposição de outro radicalmente diferente, daí ser necessário se discutir as especificidades do projeto de uma nova sociedade, a autogestão social. Para se chegar a esta, no entanto, é preciso colocar em evidência e esclarecer como deve ser o processo de sua constituição.

E é aqui que a Espaço Livre vem dando a sua singela contribuição. O processo que levará a abolição do capitalismo e instituição da autogestão social é ainda uma incógnita para muitos. A crença em partidos, sindicatos, governo, estado e na arraigada necessidade de dirigentes e dirigidos, em síntese, na burocracia, é o que predomina. Isso demonstra que a ideologia provoca reações adversas. Aos poucos, alguns vão superando-a e passam a buscar conhecer, compreender e divulgar o novo projeto de sociedade que seja distinto desta que está instituída. Outros mantêm-se nos limites da consciência burguesa que defende a necessidades da burocracia (estado, partidos etc.). E é sob este segundo grupo de indivíduos que o capitalismo consegue se manter vivo. Os mantêm submersos em ilusões. Poucos conseguem ver além deste limite que lhes é imposto pela ideologia.

Apesar deste predomínio da ideologia, ou seja, da falsa consciência sistematizada, nota-se que permanece viva a esperança em um novo mundo. Por mais que os valores burgueses pululem nas ações da maioria dos indivíduos que integram a sociedade atual, há

concomitantemente a esperança de que a vida pode mudar. De que novas relações sociais possam ser constituídas e finalmente abolir as enfermidades que assombram o mundo. Mas um passo a diante, para além do modo de produção capitalista, só pode ser dado com a certeza de que irá caminhar para além deste, começando por pisar sobre ele e esmagá-lo até que uma nova forma de vida se constitua definitivamente e o destrua em todas as suas manifestações. Mas isso é possível? E como é este processo?

Essas são questões que aparecem logo que começamos a compreender o processo histórico de constituição das sociedades. Notamos que em toda a história humana, as sociedades nascem, desenvolvem e são abolidas, e são abolidas no momento em que não atendem mais aos interesses coletivos. O capitalismo já nasceu doente, atende apenas aos interesses da burguesia e de seus auxiliares, a burocracia. Veio até agora se desenvolvendo dominado por enfermidades, o que tem provocado conseqüentemente, uma patologia generalizada. Esta doença tem como foco o seu modo de produção e de distribuição das riquezas. É fundado em relações de exploração, opressão e dominação, e essas são reproduzidas nas diversas instâncias da sociedade. Não são naturais como o vento, o sol ou qualquer outro elemento da natureza, mas são constituídas pelos seres humanos. Por isso, a responsabilidade por manter ou não esta vida, continua sendo dos próprios seres humanos.

Na sua totalidade, uma parte dos indivíduos que, por serem privilegiados, é o caso da burguesia e da burocracia, partem em defesa da manutenção e reprodução da vida atual. A eles não interessa se outros seres humanos estão sendo explorados e oprimidos para satisfazer suas vontades. O seu interesse é unicamente em manter o seu próprio privilégio. Mas, por outro lado, a maioria da humanidade, é o caso das classes exploradas, oprimidas e dominadas, sofrem diariamente com estas imposições da classe exploradora. O descontentamento com a vida torna-se latente e é manifestada de diversas formas e nos diversos países. Hora ou outra começam a se movimentar de forma coletiva apontando para uma transformação social, mas até agora ainda não conseguiram sair dos limites do modo de produção burguês. E é justamente isso que a burguesia e seus auxiliares (a burocracia) deseja, que continue perpetuando a vida onde eles são exploradores e maioria da humanidade explorada.

A luta por uma nova vida começa, portanto, pela crítica às ilusões, pela luta cultural. É preciso superar os valores, a cultura e a consciência burguesa e em seu lugar desenvolver uma consciência que mobilize para a luta, para a busca incessante e incansável pela

liberdade, possível somente em uma sociedade autogerida pelos produtores. É no sentido de se discutir alguns aspectos desta luta pela liberdade que este número da Espaço Livre inicia com um texto inédito de Anton Pannekoek, uma tradução do castelhano para o português realizada por Edmilson Marques. Pannekoek aponta aí uma crítica à burocracia, mais especificamente ao bolchevismo, que ainda continua influenciando muitos militantes, e por conta disso, acabam seguindo caminhos distintos da luta revolucionária.

A importância de Anton Pannekoek na luta cultural é observada por Edmilson Marques no segundo artigo deste número, onde observa que este autor contribui para o que ele chamou de “utopia concreta”. O foco aqui é justamente o de analisar a sociedade futura e a necessidade da luta na sociedade atual para que aquela venha a ser constituída.

Na sequência, Nildo Viana apresenta uma importante reflexão sobre a luta de classes no Brasil. Ele aborda mais detalhadamente o contexto em que o Brasil vem vivendo após a efervescência e intensificação dos conflitos sociais a partir de 2013. O autor busca explicar a dinâmica e as tendências que podem emergir daí. É um contexto em que a burocracia estatal, mais especificamente o governo Dilma, tem uma responsabilidade na constituição da situação atual, questão que é abordada pelo autor.

Esta perspectiva crítica apontada pelos autores anteriores é reforçada no ensaio de André de Melo, cujo foco é uma análise da concepção do intelectual Pierre Bourdieu a respeito do maio de 68 na França. Ele apresenta uma discussão sobre o conceito de Educação em Bourdieu, passando posteriormente por uma abordagem sobre a situação da universidade na França naquele período, e finalmente chega ao tema central que é o maio de 68 na concepção de Bourdieu. É uma excelente análise daquele evento e contribui para avançar para além das ideologias que hoje prevalece sobre este assunto.

Uma análise de um tema que é consequência da dinâmica da luta de classes também acaba aparecendo no texto de Leidiane Almeida. O foco aqui, no entanto, é a relação entre a universidade e o capitalismo. É notório que a universidade oferece uma excelente contribuição ao modo de produção capitalista através da formação de indivíduos que seja integrado na dinâmica da luta de classes. No entanto, são poucos os que ousam fazer esta discussão e revelar que ao invés de buscar a verdade o que faz é criar ilusões. Nesse sentido, esta análise de Leidiane Almeida possibilita compreender alguns aspectos do ensino superior na atualidade.

Já a abordagem que é apresentada no artigo seguinte, de autoria de Edinei Vasco, coloca em evidência a concepção do psicólogo norte-americano Sidney Bijou. A atenção de Edinei Vasco volta-se para uma análise crítica de concepções que buscam se sustentar na ideologia da psicologia escolar. Busca aí, discutir o que a psicologia tem a oferecer para a educação, além de uma análise específica da concepção de Sidney Bijou. É uma importante discussão para aqueles que estão submersos nesta subesfera social.

E para encerrar este número, a Espaço Livre traz a público uma abordagem sobre a cidadania. Os autores do presente texto, Ciro Resende, Janaína da Mata, Vander da Silva e Arthur Castro, apresentam alguns limites que a consciência burguesa impõe na interpretação sobre os fenômenos sociais, mais expressivamente sobre a ideologia da cidadania. É preciso enfatizar que a cidadania é uma invenção burguesa para amortecer a luta de classes. É a expressão da racionalização das relações sociais provocada pela ação estatal e é um limitador da luta revolucionária. Nesse sentido, coloca-se a necessidade de ir além do que se está descrito nos manuais distribuídos pelo estado e revelar o que há por trás desta farsa transvestida de bondade.

Como conclusão à breve apresentação do vigésimo número da Espaço Livre, deixamos aqui um agradecimento ao conjunto dos consultores que fazem a avaliação dos textos que recebemos, pois são eles os principais responsáveis pela qualidade dos números que publicamos. O trabalho em conjunto que é realizado para publicar estas reflexões garante que a crítica seja o ponto essencial de nossas publicações. A crítica deve ser o ponto central, mas a crítica só se manifesta como crítica, se se manifestar como crítica desapiedada do existente. É partido deste princípio que concluímos manifestamos os nossos agradecimentos também a todos que vem contribuindo para a existência deste “Espaço”, que busca insistentemente se manter “Livre” dos limites da consciência burguesa.

*Boa leitura!
Conselho Editorial
Revista Espaço Livre*

Porque os movimentos revolucionários anteriores fracassaram¹

Anton Pannekoek*

Introdução

Há trinta anos atrás os socialistas estavam convencidos que a guerra que se aproximava entre os grandes países capitalistas significaria a catástrofe final do capitalismo e seria sucedida pela revolução proletária. Quando a guerra começou o movimento socialista e operário se colocou num processo revolucionário, as esperanças dos operários revolucionários se intensificaram. Inclusive logo estiveram seguros de que a revolução mundial seguiria o despertar da guerra mundial. E de fato foi assim. Como um luminoso meteoro a revolução russa se incendiou e resplandeceu sobre a Terra, e em todos os países os operários se lançaram à luta e começaram a mobilizar-se.

Só alguns anos depois é que ficou claro que a revolução estava retrocedendo, que as convulsões sociais estavam decrescendo, que a ordem capitalista estava sendo restaurada gradualmente. Hoje o movimento dos operários revolucionários está em seu afluxo mais baixo e o capitalismo está mais poderoso do que nunca. Mais uma vez, uma grande guerra chegou, e de novo os pensamentos dos operários e comunistas voltam à pergunta: afetará o sistema capitalista de tal modo que surja daí uma revolução operária? Será realizada desta vez a esperança de uma luta vitoriosa da classe operária pela liberdade?

Está claro que nós não podemos esperar por uma resposta a esta pergunta uma vez que não entendemos porque os movimentos revolucionários depois de 1918 fracassaram. Só investigando todas as forças que estavam atuando, é que podemos conseguir uma visão clara das causas deste fracasso. Por isso, devemos voltar nossa atenção sobre o que tem acontecido nos últimos vinte anos no movimento operário mundial.

II – O desenvolvimento do capitalismo mundial e o distinto caráter da revolução proletária

O crescimento do movimento operário não foi o único fato importante, nem sequer o mais elementar na história do século passado. O fundamental foi o crescimento do

¹ Publicado pela primeira vez na revista *Living Marxism*, Vol. 5, #2, no final de 1940. Traduzido do inglês para o castelhano pelo Grupo de Comunistas de Conselho da Galiza. Disponível em castelhano em: <https://www.marxists.org/espanol/pannekoek/1940s/1940.htm>. Acesso realizado em 01/02/2016.

* Traduzido para o português por Edmilson Marques.

capitalismo. Não só cresceu em intensidade – através da concentração do capital, o aprimoramento das técnicas industriais, o crescimento da produtividade – mas também em extensão. Desde os primeiros centros da indústria e do comércio – Inglaterra, França, América e Alemanha – o capitalismo começou a invadir os países estrangeiros, e agora está dominando todo o mundo. No século anterior os continentes estrangeiros foram dominados para serem explorados como colônias. Porém, no final do século XIX e início do XX vemos uma forma superior de conquista. Estes continentes foram dominados pelo capitalismo: se converteram eles mesmos em capitalistas. Este processo de maior importância, que seguiu rapidamente no último século, significou uma transformação fundamental em sua estrutura econômica. Logo, ali estava a base de uma série de revoluções que ocorreria em todo o mundo.

Os principais países de capitalismo desenvolvido, com a classe média – a burguesia – como classe dominante, foram anteriormente rodeados por um conjunto de outros, os países subdesenvolvidos. Aqui a estrutura social, todavia, era inteiramente agrária e mais ou menos feudal; as grandes planícies eram cultivadas pelo campesinato que era explorado pelos proprietários de terras e permanecia em contínua luta mais ou menos aberta contra eles e os governantes autocratas. No caso das colônias esta pressão interna foi intensificada através da exploração pelo capital colonial europeu, que fez de seus agentes proprietários de terras e reis. Em outros casos esta exploração mais forte pelo capital europeu foi provocada através de empréstimos financeiros dos governos, que impuseram elevados impostos sobre o campesinato. Construíram vias férreas, introduzindo produtos de fábrica que destruíram as velhas indústrias tradicionais e transportaram matérias primas e alimentos. Isto jogou gradualmente sobre os camponeses o comércio mundial e despertou neles o desejo de converter-se em produtores livres para o mercado. Fábricas foram sendo construídas; houve o desenvolvimento de uma classe de homens de negócios e distribuidores nos povos que sentiam a necessidade de um governo que atendesse os seus interesses. A juventude, estudando nas universidades ocidentais, se converteu em porta voz revolucionária destas tendências. Em vários programas passaram a produzir intelectualmente, defendendo principalmente a liberdade e a independência nacional, um governo democrático responsável, direitos e liberdades civis, com a finalidade de ocupar um lugar como funcionários e políticos no estado moderno.

Este desenvolvimento no mundo capitalista teve lugar simultâneo e propriamente com o desenvolvimento do movimento operário no interior dos países de capitalismo avançado. Havia então dois movimentos revolucionários, não só paralelos e simultâneos, mas também com muitas coisas em comum. Tinham um inimigo comum, o capitalismo, que na forma de capitalismo industrial explorava os operários, e na forma de capitalismo colonial e financeiro explorava o campesinato nos países orientais e coloniais e sustentava os governantes despóticos. Os grupos revolucionários destes países somente encontraram apoio e ajuda por parte dos operários socialistas da Europa Ocidental. Por isso foram também denominados de socialistas. As velhas ilusões de que as revoluções da classe média trariam liberdade e igualdade para toda a população estava renascendo.

Na realidade havia uma diferença profunda e fundamental entre estes dois tipos de objetivos revolucionários, denominados como ocidental e oriental. A revolução proletária só pode ser o resultado do desenvolvimento mais elevado do capitalismo. Abolição do capitalismo. As revoluções nos países orientais eram consequências da emergência do capitalismo nestes países. Nesse sentido, se assemelham às revoluções da classe média nos países ocidentais e – com a devida consideração para o fato de que seu caráter essencial deve ser diferenciado nos distintos países – devem considerar-se como revoluções da classe média. Embora não houvesse uma numerosa classe média de artesãos, pequenos burgueses e camponeses ricos, tal como havia sido nas revoluções francesas e inglesas (porque no Este, o capitalismo veio de repente, com um número menor de grandes fábricas) todavia seu caráter geral é análogo. Também aqui teremos o despertar para além da visão provinciana de uma vila agrária que segue em direção à consciência de uma grande comunidade nacional e seja de interesse do mundo inteiro; a emergência do individualismo que se liberta das amarras das velhas classes sociais; o crescimento de interesses voltados para a busca de poder e riqueza pessoais; a libertação do pensamento das velhas superstições, e o desejo do conhecimento como um meio de progresso. Tudo isso é instrumento mental necessário para levar a humanidade, desde o modo lento de vida das condições pré-capitalistas, até o rápido progresso industrial e econômico que mais tarde abrirá o caminho para o comunismo.

O caráter geral de uma revolução proletária deve ser totalmente diferente. Ao invés de uma luta limitada aos interesses pessoais deve haver uma ação comum pelos interesses de classe. Um operário, uma só pessoa, é impotente; só como parte de sua classe, como membro de um grupo econômico fortemente conectado pode conseguir poder. As

individualidades dos operários são disciplinadas ordenadamente por seu hábito de trabalhar e lutar juntos. Suas mentes devem libertar-se das superstições sociais e ver como uma verdade comum o que, uma vez estando fortemente unidos, podem então produzir a abundância e libertar a sociedade da miséria e da necessidade. Isto é parte da formação intelectual necessária para levar a humanidade da exploração de classe, da miséria, da destruição mútua do capitalismo, até o comunismo.

No entanto, as duas classes revolucionárias são tão diferentes como são o princípio e o fim do capitalismo. Agora podemos ver isto claramente, trinta anos depois. Podemos também entender como até o momento puderam não só ser considerados como aliados, mas também lançados juntos como as duas faces da mesma grande revolução mundial. Supunha-se que o grande dia estava chegando; a classe operária, com seus grandes partidos socialistas e, no entanto, os grandes sindicatos, conquistaria de imediato o poder. E então, ao mesmo tempo, com o poder do capitalismo ocidental abolido, todas as colônias e os países orientais seriam libertados da dominação ocidental e se dedicariam à sua própria vida nacional.

Outra razão da confusão destes diferentes objetivos sociais estava em que, nesse período, os pensamentos dos operários ocidentais estavam desde o início completamente ocupados pelas ideias reformistas que defendiam a reforma do capitalismo a partir de formas democráticas e só alguns poucos entre eles compreenderam o significado de uma revolução proletária.

III – A luta revolucionária nos países orientais e os países ocidentais

A guerra mundial de 1914-18, com a destruição absoluta das forças produtivas, provocou profundas rachaduras na estrutura social, sobretudo da Europa central e oriental. Os imperadores desapareceram, os velhos governos foram derrotados, as forças sociais oprimidas se libertaram, as diferentes classes de populações diferentes, em uma série de movimentos revolucionários, tentaram tomar o poder e realizar seus interesses de classe.

Nos países altamente industrializados a luta da classe operária já era o fator dominante da história. Agora estes operários haviam passado por uma guerra mundial. Aprenderam que o capitalismo não só se coloca no direito sobre sua força de trabalho, mas também sobre suas vidas; completamente, em corpo e alma, são dominados pelo capital. A destruição e empobrecimento do aparato produtivo, a miséria e a privação sofrida durante a guerra, a decepção e a dor após a paz trazer um conjunto inquietações e insubordinação sobre

todos os países envolvidos. Porque a Alemanha havia perdido, ali a rebelião dos operários foi maior. Ao invés do conservadorismo anteriormente à guerra, emergiu um novo espírito nos operários alemães, composto de valor, energia, desejo de liberdade e de luta revolucionária contra o capitalismo. Era só o começo, contudo foi o início de uma revolução proletária.

Nos países orientais da Europa a luta de classes teria uma composição diferente. A nobreza proprietária de terra foi expropriada; os camponeses se apropriaram das terras; surgiu uma pequena classe de pequenos ou médios proprietários de terras. Os anteriores conspiradores revolucionários se converteram em chefes, ministros e generais nos novos Estados Nacionais. Estas revoluções eram as revoluções da classe média e como tais indicaram o princípio de um desenvolvimento limitado do capitalismo e da indústria.

Na Rússia esta revolução foi mais profunda que em qualquer outra parte. Porque destruiu o poder do mundo czarista que durante um século havia sido um poder dominante na Europa e o mais odiado inimigo de toda democracia e do socialismo, a revolução russa liderou a todos os movimentos revolucionários na Europa. Esta hegemonia havia sido associada durante muitos anos com os chefes socialistas da Europa ocidental, do mesmo modo que o Czar havia sido o aliado dos governos ingleses e franceses. É certo que os principais elementos sociais da revolução russa – as apropriações da terra pelos camponeses e o achatamento da autocracia e da nobreza – apresentam como se fosse uma revolução da classe média, e os bolcheviques acentuaram este caráter comparando-se frequentemente com os jacobinos da Revolução francesa.

Mas os operários no oeste, cheios de tradições de liberdade pequeno burguesa, não consideraram isto estranho a eles. E a revolução russa simplesmente não fez mais do que despertar sua admiração; lhes ensinou um exemplo nos métodos de ação. Seu poder nos momentos decisivos era o poder das ações de massas espontâneas dos operários industriais nas grandes cidades. Além dessas ações, os operários russos construíram essa forma de organização mais apropriada para a ação independente – os soviets ou conselhos. Assim fizeram os líderes e teóricos dos operários em outros países.

Quando um ano depois, em novembro de 1918, o império alemão desabou, a apelação à revolução mundial emitida pelos bolchevistas russos foi aclamada e bem vinda aos principais grupos revolucionários na Europa ocidental. Estes grupos, chamando a si mesmos de comunistas, estavam impressionados pelo caráter proletário da luta

revolucionária na Rússia e ignoraram o fato de que, economicamente, a Rússia permanecia às margens do capitalismo, e que os centros proletários eram somente pequenas ilhas no oceano do campesinato primitivo. Além disso, pensavam que quando viesse uma revolução mundial, a Rússia seria apenas uma província do mundo – o lugar onde a luta teve início – enquanto que os países mais desenvolvidos de capitalismo avançado tomariam de imediato a dianteira e determinariam o curso real do mundo.

Mas o primeiro movimento revolucionário entre os operários alemães foi derrotado. Era apenas uma minoria avançada na qual tomou parte; a grande massa se manteve isolada, alimentando-se da ilusão de que a tranquilidade e a paz eram agora possíveis. Contra estes rebeldes se colocou de pé uma coalização do partido social democrata, cujos chefes ocuparam as cadeiras governamentais, e as velhas classes dominantes, burguesia e funcionários do exército. Enquanto o primeiro deixou as massas imobilizadas, as gangues armadas dos últimos esmagaram o movimento revolucionário e assassinaram os dirigentes revolucionários, Liebknecht e Rosa Luxemburgo.

A revolução russa, através do medo, havia despertado na burguesia uma maior disposição do que havia despertado no proletariado através da esperança. Embora, naquele momento, a organização política da burguesia tivesse desmoronado, seu poder real, material e espiritual, era enorme. A direção socialista não fez nada para enfraquecer este poder; temeram a revolução proletária não menos do que o fez a burguesia. Fizeram de tudo para restaurar a ordem capitalista uma vez que, naquele momento, eles eram ministros e presidentes.

Isto não significou que a revolução proletária na Alemanha tivesse sido um fracasso total. Só o primeiro ataque, a primeira rebelião havia falhado. O colapso militar não havia levado diretamente à dominação do proletariado. O verdadeiro poder da classe operária – a consciência clara por parte das massas de sua posição social e da necessidade de lutar, a mais ansiosa atividade em todas essas centenas de milhares, o entusiasmo, a solidariedade e uma forte unidade na ação, o conhecimento do objetivo final: tomar os meios de produção em suas próprias mãos – teria em qualquer caso que surgir e crescer progressivamente. Tanta miséria e crises eram ameaçadoras na sociedade do pós-guerra, exausta, destroçada e empobrecida, na qual estavam presas as novas lutas que haviam de surgir.

Em todos os países capitalistas, na Inglaterra, França, América, assim como na Alemanha, os grupos revolucionários surgiram entre os operários em 1919. Publicaram

jornais e folhetos, mostraram aos seus companheiros operários os novos acontecimentos, as novas condições e os novos métodos de luta, e encontram boa receptividade entre as massas esclarecidas. Apontaram a revolução russa como o seu grande exemplo, seus métodos de ação de massa e sua forma de organização, o soviet ou conselho. Se organizaram nos partidos e grupos comunistas, associando-se com o Bolchevique, o partido comunista russo. Deste modo se lançou uma campanha pela revolução mundial.

IV – Da crítica do bolchevismo à autonomia operária

Logo, porém, estes grupos se deram conta com dolorosa surpresa que, sob o nome de comunismo, se estava propagando em Moscou outros princípios e ideias distintos dos seus. Apontaram os soviets russos como os novos órgãos dos operários para a autogestão da produção. Porém, gradualmente compreenderam que as fábricas russas estavam novamente sendo controladas por diretores definidos a partir de cima, e que a posição política suprema havia sido apropriada pelo Partido Comunista. Estes grupos ocidentais promulgaram a ditadura do proletariado, que em oposição à democracia parlamentar incorporou o princípio da autonomia da classe operária como a forma política da revolução proletária.

Os porta vozes e dirigentes que Moscou enviou à Alemanha e à Europa ocidental proclamaram que a ditadura do proletariado estava incorporada na ditadura do Partido Comunista.

Os comunistas ocidentais viram como sua tarefa principal o esclarecimento dos operários sobre o papel do partido socialista e dos sindicatos. Apontaram que nestas organizações as ações e decisões dos dirigentes substituíam as ações e decisões dos operários, e que os chefes nunca puderam empreender uma luta revolucionária porque uma revolução consiste nesta mesma auto-organização dos operários; que as ações do sindicato e a prática parlamentar são boas no mundo capitalista jovem e tranquilo, porém, é completamente desprezível durante os períodos revolucionários, onde, desviando a atenção dos operários dos objetivos e metas finais e dirigindo-os a reformas irreais, atuam como forças hostis e reacionárias; que todo o poder destas organizações, nas mãos dos dirigentes, é usado contra a revolução. Moscou, no entanto, exigiu que os partidos comunistas deviam tomar parte nas eleições parlamentares assim como em todo o trabalho dos sindicatos. Os comunistas ocidentais defendiam a independência, o desenrolar da iniciativa, a confiança em si mesmos, a rejeição da dependência e a crença nos chefes. Mas Moscou defendeu, em

termos cada vez mais explícitos, que a obediência aos chefes era a virtude principal do verdadeiro comunista.

Os comunistas ocidentais não compreenderam imediatamente como era fundamental essa contradição. Viram que a Rússia, atacada de todos os lados por exércitos contrarrevolucionários, que estavam sendo apoiados pelo governo inglês e francês, necessitava do apoio e da ajuda das classes operárias ocidentais; não por parte de grupos pequenos que furiosamente atacavam às velhas organizações, senão das velhas organizações das massas. Por isso tentaram convencer a Lenin e aos dirigentes russos que estavam mais informados sobre as condições reais e o futuro do movimento proletário no Oeste. Em vão, claro. Não viram, naquele momento, que na realidade isso era o conflito entre duas concepções da revolução, a revolução da classe média e a revolução proletária.

Era realmente natural que Lenin e seus camaradas fossem absolutamente incapazes de ver que a revolução proletária iminente do oeste era algo muito diferente de sua revolução na Rússia. Lenin não conheceu o capitalismo internamente, em seu desenvolvimento mais elevado, como um mundo de crescente massas proletárias, mobilizando-se até o momento em que pudessem tomar o poder em suas mãos em um aparato de produção potencialmente perfeito. Lenin conheceu o capitalismo apenas o observando de fora, como um estrangeiro, roubando, devastando, usurpando, como o capital financeiro e colonial ocidental deve ter lhe aparecido na Rússia e em outros países asiáticos. Sua ideia era de que, para vencer, as massas ocidentais teriam apenas que unir-se ao poder anticapitalista estabelecido na Rússia; não deveriam tentar obstinadamente buscar outras formas, senão, seguir o exemplo russo. Assim, necessitavam das táticas flexíveis no oeste para ganhar as grandes massas de membros socialistas e sindicais o mais rápido possível, induzi-los a deixar seus próprios partidos e dirigentes que se ligaram aos seus governos nacionais, e unir-se aos partidos comunistas, sem necessidade de substituir suas próprias ideias e convicções. Por isso as táticas de Moscou foram consequência lógica de erros básicos.

E o que Moscou havia propagado teria de longe o maior peso. Teria a autoria de uma vitoriosa contra revolução (alemã) derrotada. Você será mais inteligente que seus mestres? A autoridade moral do comunista russo era tão indiscutível que inclusive um ano depois a dominada oposição alemã pediu para ser admitida como uma “simpatizante” aderente à III internacional. Mas junto à autoridade moral, os russos teriam a autoridade material do dinheiro por detrás deles. Uma quantidade enorme de literatura, facilmente

custeada através dos subsídios de Moscou, inundou os países ocidentais: jornais semanais, folhetos, notícias espetaculares sobre os sucessos na Rússia, análises científicas, todos explicando a visão de Moscou. Contra esta ofensiva esmagadora de propaganda espetacular, os pequenos grupos de comunistas ocidentais, com a sua falta de recursos financeiros, não teriam nenhuma chance. Daí o novo e emergente reconhecimento de que as condições necessárias para a revolução estavam derrotadas e estranguladas pelas poderosas armas de Moscou. Mais ainda, usaram os subsídios russos para sustentar um número de secretários assalariados do partido, os quais, sob ameaça de serem despedidos, naturalmente se converteram em defensores das táticas russas.

Quando ficou evidente que tudo isso não foi suficiente, o próprio Lenin escreveu o seu conhecido panfleto “Esquerdismo: doença Infantil do comunismo”. Embora seus argumentos tenham mostrado apenas a sua falta de compreensão das condições ocidentais, o fato de que Lenin, com sua autoridade imbatível, tomasse partido tão abertamente nas diferenças internas, teria uma grande influência sobre muitos comunistas ocidentais. E todavia, apesar de tudo isso, a maioria do Partido Comunista Alemão aderiu ao conhecimento que tiveram contato através de sua experiência das lutas proletárias. Por isso em seu próximo congresso em Heidelberg, Dr. Levi, mediante alguns truques sujos, teve primeiramente que dividir à maioria – para excluir uma parte, e logo para acumular mais votos que outros – a fim de obter uma vitória formal e aparente para as táticas de Moscou.

Os grupos excluídos seguiram durante alguns anos disseminando suas ideias. Mas suas perspectivas ficaram submersas à enorme propaganda de Moscou, não tiveram boa receptividade nos eventos políticos dos anos posteriores. Só podiam manter e desenvolver, através de discussões teóricas mútuas e de algumas publicações, sua compreensão sobre as condições da revolução proletária, e manterem-se vivos durante os períodos posteriores.

A emergência de uma revolução proletária no oeste havia sido assassinada pela poderosa revolução da classe média do oeste.

V – O verdadeiro caráter da Revolução russa e o papel da III Internacional

É correto chamar a esta revolução russa, que destruiu a burguesia e introduziu o socialismo, uma revolução da classe média?

Alguns anos depois, nas grandes cidades da extremamente pobre Rússia, apareceram lojas especializadas, com fachadas de vidro e espelho e iguarias requintadas,

especialmente para os ricos, e abriram luxuosos clubes noturnos, frequentados por senhores e senhoras com vestido de tarde – chefes de departamentos, altos funcionários, diretores de fábrica e comitês. Estavam olhando fixamente com espanto, os pobres nas ruas, e os comunistas desiludidos disseram: “*Lá vai a nova burguesia*”. Estavam equivocados. Não era uma nova burguesia; mas era uma nova classe dominante. Quando uma nova classe dominante surge, os revolucionários desapontados sempre a chamam pelo nome da classe dominante anterior. Na revolução francesa, os capitalistas ascendentes foram chamados “*a nova aristocracia*”. Aqui na Rússia, a nova classe privilegiada, os controladores do aparato de produção era a burocracia. Tinham que desempenhar na Rússia o mesmo papel que no oeste a classe média, a burguesia, havia desempenhado: desenvolver o país por meio da industrialização, das condições primitivas até a alta produtividade.

Assim como na Europa ocidental a burguesia havia surgido do povo vulgar de artesãos e camponeses, incluindo alguns aristocratas, através da habilidade, da sorte e da astúcia, do mesmo modo a burocracia dominante russa havia surgido da classe operária e dos camponeses (incluindo os funcionários anteriores) pela habilidade, sorte e astúcia. A diferença é que na URSS eles não se apropriaram individualmente dos meios de produção, mas coletivamente; sua competição entre si, também, devia suceder sob outras formas. Isso significa haver uma diferença fundamental no sistema econômico; produção coletiva planejada e exploração, em vez de produção individual aleatória e exploração; capitalismo de estado, em vez de capitalismo privado. Para as massas operárias, no entanto, a diferença é desprezível, não é essencial; uma vez mais são explorados por uma classe média. Mas agora a exploração está intensificada pela forma ditatorial de governo, pela total falta de todas as liberdades que no oeste tornava possível a luta contra a burguesia.

Este caráter da Rússia moderna determinou o caráter da luta da Terceiro Internacional. Alternando os intensos discursos com o oportunismo parlamentar, ou combinando ambos, a III Internacional tentou ganhar a adesão das massas operárias do oeste. Explorou o antagonismo de classe dos operários contra o capitalismo para ganhar poder para o Partido. Apagou todo o entusiasmo revolucionário da juventude e todos os impulsos rebeldes das massas, lhes impedindo de desenvolver sob um poder proletário crescente, e os consumiu em aventuras políticas inúteis. Esperou assim conseguir o poder sobre a burguesia ocidental; mas tampouco foi capaz de fazê-lo, porque a compreensão do caráter específico do capitalismo avançado estava totalmente ausente nela. Este capitalismo não pode ser

conquistado por uma força externa; só pode ser destruído a partir de dentro, pela revolução proletária. A dominação de classe só pode ser destruída pela iniciativa e o discernimento de uma classe proletária com confiança em si mesma: a disciplina de partido e a obediência das massas a seus chefes só podem conduzir a uma nova dominação de classe. Na verdade, na Itália e na Alemanha esta atividade do Partido Comunista preparou o caminho para o fascismo.

Os partidos comunistas que pertencem à III Internacional são completamente – materialmente e intelectualmente – dependentes da Rússia, são os servos obedientes dos governantes da Rússia. Portanto, quando a Rússia, depois de 1933, sentiu que devia aliar-se com a França contra a Alemanha, toda a intransigência anterior foi esquecida. O Comintern se tornou o líder da “democracia” e se uniu não só com os socialistas mas também com alguns partidos capitalistas na chamada Frente Popular. Gradualmente seu poder de atração, por meio da pretensão de representar as velhas tradições revolucionárias, começou a desaparecer; seus seguidores no proletariado diminuíram.

Mas ao mesmo tempo, sua influência nas classes médias intelectuais na Europa e América começou a crescer. Um amplo número de livros e análises em todos os campos do pensamento social foi difundido por editoras do P.C. mais ou menos camufladas, na Inglaterra, França e América. Alguns deles eram valiosos estudos históricos ou recopilações populares; mas eram principalmente exposições sem valor do chamado Leninismo. Toda esta literatura era evidentemente não destinada aos operários, mas aos intelectuais, com o objetivo de atraí-los para o comunismo russo.

A nova aproximação encontrou algum êxito. O ex-diplomata soviético Alejandro Barmine disse em suas memórias como percebeu com surpresa na Europa ocidental que só quando ele e outros Bolcheviques empenharam a tirar suas dúvidas sobre o resultado da revolução russa, os intelectuais da classe média ocidental, enganados pelos elogios mentirosos dos êxitos do Quinto Plano Anual, começaram a se interessar no Comunismo. A razão é clara: agora a Rússia não era obviamente uma expressão dos Estados operários; sentiram que esta dominação do capitalismo de estado de uma burocracia tornou-se mais próxima dos seus próprios ideais de governo pela intelectualidade do que o fez o governo europeu e americano das grandes finanças. Agora que uma nova minoria dominante e acima das massas se estabeleceu na Rússia, o Partido comunista, seu servente externo, teria que

voltar-se a essas classes das quais, quando o capitalismo privado entrasse em colapso, surgiriam os novos governantes para explorar as massas.

Claro, para triunfar desta maneira, necessitavam de uma revolução operária para derrotar o poder capitalista. Logo, deviam tentar desvia-la de suas próprias aspirações e convertê-la em um instrumento para o governo de seu partido. Vemos assim que tipo de dificuldades terá que enfrentar a revolução futura da classe operária. *Terá que lutar não só contra a burguesia mas também contra os inimigos da burguesia.* Não só tem que despojar-se do jugo de seus chefes atuais; também deve defender-se daqueles que tentarão ser seus chefes futuros.

VI – Diante do início da nova guerra há que libertar-se do bolchevismo

O mundo está entrando agora em sua nova grande guerra imperialista. Cautelosos, ainda que os governos em guerra possam estar manipulando as forças econômicas e sociais e tentando impedir o inferno de deixá-las completamente soltas, não serão capazes de deter a catástrofe social. Com a exaustão geral e o empobrecimento, os mais rigorosos na Europa continental, com o espírito de descontentamento latente, as lutas violentas de classes acompanharão as novas configurações do sistema de produção. Então, com o capitalismo privado desmoronando, haverá de um lado a economia planificada, o capitalismo de estado, a exploração operária; de outro a liberdade dos operários e o domínio sobre a produção.

A classe operária está inserindo nesta guerra histórica pela tradição capitalista de controle do Partido e a tradição quimérica de uma revolução do tipo russo. A tremenda pressão desta guerra conduzirá os operários à resistência espontânea contra seus governos e provocará a emergência de novas formas de luta na realidade. Uma vez que a Rússia entre no campo contrário aos poderes ocidentais, voltará a reabrir essa velha caixa de slogans e apelará aos operários em favor da “*revolução mundial contra o capitalismo*” e esforçará para colocar os operários revolucionários ao seu lado. Assim, o Bolchevismo terá mais uma vez a sua oportunidade. Mas isto não será a solução para os problemas operários. Quando a miséria geral aumenta e os conflitos entre as classes se torna mais ferozes, *a classe operária deve, por sua própria necessidade, apropriar-se dos meios de produção e encontrar os caminhos para libertar-se da influência do Bolchevismo.*

Anton Pannekoek e a Utopia Concreta

Edmilson Marques*

A proposta deste artigo é abordar a relação entre utopia concreta e o pensamento de Anton Pannekoek. Há o predomínio de uma concepção que se refere à utopia como um projeto, um sonho, irrealizável. Este termo, no entanto, contribuiu para a adjetivação e desqualificação de concepções que apontam para a possibilidade de uma nova sociedade, que possa futuramente ser realizada em substituição a atualmente existente. Com isso a transformação social, a autogestão social etc., passaram a ser considerados utópicos, ou seja, uma ilusão, um sonho que jamais será realizado. Nesse sentido, faz-se necessário retomar abordagens que demonstram o contrário desta concepção e encontram na utopia a possibilidade concreta de sua realização. Para isso é preciso entender o que é utopia concreta? Após compreender esta questão buscaremos discutir como ela se manifesta na concepção de um determinado autor. Faremos isso a partir da concepção de Anton Pannekoek a respeito de sua crítica ao sindicato e sua afirmação da necessidade de auto-organização da classe operária para a realização da utopia concreta.

A questão na utopia já foi abordada por diversos autores e em várias perspectivas. Aqui, no entanto, partiremos do método dialético para entender o que é utopia. Ernst Bloch (2005) contribui para compreendermos este conceito em seu aspecto real e concreto. Para ele a utopia está relacionada à esperança, expressão do sonho que aponta para frente, que não emerge como uma mera emoção autônoma, podemos entender isso, como se fosse desligada da realidade. Ela então assume um aspecto “consciente-ciente como função utópica” (BLOCH, 2005, p. 144).

O autor observa que o conteúdo desta utopia é oferecido primeiramente pelas representações, em especial as da fantasia. Segundo ele,

As representações da fantasia não compõem tão-somente o que já existe, de modo aleatório (mar petrificado, montanha dourada e coisas semelhantes), mas também o que dá continuidade, de modo antecipatório, ao que existe nas possibilidades futuras de seu ser-diferente, de seu ser-melhor (BLOCH, 2005, p. 144).

* Professor da Universidade Estadual de Goiás. Doutor em história e pós-doutor em sociologia. Autor do livro “Estado, Luta de Classes e Autogestão Social”.

Observa-se aí que esta forma de utopia é um mecanismo de antecipação do ainda existente, como ele manifesta, que “antecipa psiquicamente um possível real”.

A questão, no entanto, é que o autor observa que há aqueles que se mantêm no nível da mera fantasia, que denota desinteresse em explicar o mundo, questão que está presente nos valores e interesses burgueses que não só rejeita mas despreza tudo que é antecipatório. A esta concepção então denomina-se de utopia abstrata, sendo esta a manifestação contrária de sonhos que buscamos sua realização. Bloch (2005) observa que:

O ponto de contato entre sonho e vida, sem o qual o sonho produz apenas utopia abstrata e a vida, por seu turno, apenas trivialidade, apresenta-se na capacidade utópica colocada sobre os próprios pés, a qual está associada ao possível-real. Uma capacidade que, guiada pela tendência, supera o já existente não só na nossa natureza mas também no mundo exterior em processo como um todo. Com isso, aqui teria lugar o conceito de utópico-abstrato, apenas aparentemente paradoxal, ou seja, um antecipatório que não se confunde com o sonhar utópico-abstrato, nem é direcionado pela imaturidade de um socialismo meramente utópico-abstrato (BLOCH, 2005, p. 145).

Como foi colocado antes, Bloch observar que a burguesia não demonstra interesse na utopia que aponta para frente, para o novo. Seu interesse manifesta-se na realidade ao reproduzi-la da forma como está buscando ainda abolir da mesma os sonhos e desejos que buscam transforma-la. É nesse sentido que o autor observa que a utopia concreta encontra no marxismo a sua real expressão. Para ele, “

O que caracteriza o poder e a verdade do marxismo é justamente o fato de ele ter dissipado a nuvem que envolvia os sonhos para a frente sem ter apagado as colunas de fogo que neles ardiam, dando-lhes, ao contrário, força e concretude (BLOCH, 2005, p. 145).

Sendo, portanto, o marxismo um referencial que possibilita a superação da utopia abstrata é preciso observa como esta concepção concebe esta transformação. Para isso faremos a discussão da concepção de Anton Pannekoek, sua crítica ao sindicato e sua defesa da auto-organização dos trabalhadores. Com esta discussão objetivamos, como foi dito, observar a manifestação a utopia concreta.

Paul Mattick (1960), seu principal biógrafo, expressou que “a vida de Anton Pannekoek coincide quase inteiramente com a história do movimento operário”. Outros observaram que ele foi um dos principais teóricos revolucionários do século XX. Concordando com estas concepções que apontam a importância das reflexões e o

pensamento de Pannekoek para o movimento operário que buscaremos compreender a questão da utopia concreta em sua concepção a partir do significado que ele aponta dos sindicatos para a luta do proletariado, já que perdura até os dias atuais a ideia de que esta organização representa de fato os interesses das classes exploradas e pode contribuir para a realização de seu projeto de sociedade, o sonho que aponta para frente, como dito por Bloch (2005).

Para Pannekoek, o sindicato surge como consequência da luta da classe proletária, criado para ser o seu instrumento de luta contra os capitalistas, que no seu conjunto enquanto classe é quem mantém o estado de coisas e a exploração existente no capitalismo. A reivindicação de melhores salários, jornadas de trabalho mais curtas e melhores condições de trabalho levou o movimento operário a avançar sobre o capital e exigir deste a efetivação de suas reivindicações. A greve foi a resposta imediata e espontânea proveniente desta reivindicação e, fundamentalmente, o meio enfim encontrado pelos trabalhadores para a sua união, para o enfraquecimento do capital e o meio pelo qual deverá utilizar para colocar fim a esta sociedade criada à imagem e semelhança da burguesia, o capitalismo.

Pannekoek coloca que:

Da greve nasce a solidariedade, o sentimento de fraternidade entre camaradas de trabalho o sentimento de união com toda a classe: é a primeira aurora do que será, um dia, o sol da nova sociedade. A ajuda mútua, aparecendo primeiro sob a forma de coletas espontâneas e benévolas, cedo toma a forma durável dum sindicato (PANNEKOEK, 2007, p. 115).

Marx (1981, p. 09) já havia expressado concepção semelhante quando colocou que “os operários se unem para se colocarem em igualdade de condições com o capitalista para o contrato de venda de seu trabalho. Esta é a razão (a base lógica) dos sindicatos”. Como colocamos anteriormente, Pannekoek percebe que os sindicatos surgem como instrumentos de luta da classe operária contra os seus exploradores. Nesse sentido, “os sindicatos revolucionários são o produto do período histórico do pequeno capital, onde os oligopólios ainda não haviam se formado, onde o estado ainda não regularizava a organização sindical etc.” (PANNEKOEK, apud, MAIA, 2010, p. 31).

O século 19, marca a sua investida sobre o capital e o sindicalismo emerge como resposta à exploração. Segundo Pannekoek,

Os trabalhadores tiveram de lutar a maior parte do tempo por si mesmos, para que as condições de desenvolvimento do sindicalismo fossem garantidas. Na Inglaterra, foi a campanha revolucionária do cartismo; na Alemanha, meio século mais tarde, a luta da social-democracia, que, impondo o reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores, lançaram as bases do desenvolvimento dos sindicatos. [...] os trabalhadores já não são mais indivíduos impotentes, obrigados pela fome a vender a sua força de trabalho não importa por que preço. Estão agora protegidos pela força da sua própria solidariedade e cooperação, porque cada sindicalizado não só dá uma parte do seu salário para os seus camaradas, como está pronto a arriscar o seu próprio emprego, na defesa da organização e da comunidade sindical (PANNEKOEK, 2007, p. 115).

Mas Pannekoek percebe que o sindicalismo não consegue por fim à exploração capitalista, à sociedade capitalista. Abolem os piores abusos de exploração e estabelece uma normalização do capitalismo, ou seja, cria normas para a exploração a qual constringe a classe trabalhadora a aceitar o seu estado de explorado e a manutenção e reprodução do capitalismo. Assim, estabelece uma norma para os salários, exigindo que os capitalistas paguem o mínimo necessário para manter as necessidades vitais dos trabalhadores para evitar que sejam empurrados para a fome, para o desespero de procurar por eles próprios e com suas próprias mãos, resolver os problemas que lhes afligem. Estabelece uma norma para a jornada de trabalho, evitando que os trabalhadores sejam explorados a tal ponto que esgotem suas forças e ainda reservem energia para continuar disposto ao trabalho. Pannekoek observa ainda que a burocracia estatal, com sua esperteza em criar estratégias para a reprodução do capital, cria uma regulamentação (leis trabalhistas, legislação sindical etc.) que domesticam a organização sindical, transformando-os em mais um órgão para o controle da classe operária.

Nesse sentido, ele expressa que

Alguns patrões menos espertos não compreendem isto, mas os seus chefes políticos, mais avisados, sabem muito bem que os sindicatos são um elemento essencial ao capitalismo, e que, sem esta força reguladora que são os sindicatos operários, o poder capitalista não seria completo (PANNEKOEK, 2007, p. 117).

Assim, de instrumento de luta do proletariado contra o capitalismo, os sindicatos são transformados em órgãos do capitalismo para a exploração e controle dos trabalhadores. A partir daí, os próprios capitalistas começam a se organizar em sindicatos patronais. Pannekoek ressalta que o dinheiro que os sindicatos operários gastam nas greves não se torna páreo contra o poder gigantesco dos sindicatos patronais. Os sindicatos operários começam

a temer a luta contra os capitalistas, e para evitar que estes cessem de lhes repassar o dinheiro que os mantém, fazem concessão e sucumbem ao seu poder. Pannekoek (2007) ressalta que “nas negociações, os delegados têm muitas vezes que aceitar uma degradação das condições de vida para evitar a luta”.

O proletariado, por sua vez, insiste na luta, sabe que só através dela poderá atingir a liberdade, a utopia concreta, o seu projeto de sociedade que só pode ser efetivado com o fim da exploração sofrida no capitalismo onde é arrancada a sua força de trabalho da qual emerge todo o poder do capital. Inicia então, um desentendimento e conflito entre a classe explorada e os dirigentes sindicais. Estes últimos passam a frear aqueles temendo a reação capitalista, com o objetivo de manter seus privilégios. Aqueles primeiros percebem a direção sindical não mais como órgão de expressão de sua luta, mas sim, um órgão capitalista, a burocracia sindical, um inimigo que desde então, deve ser destruído para alcançar a sua libertação.

Pannekoek coloca que

Estes burocratas sindicais, especialistas, preparam e organizam todas as atividades; ocupam-se das finanças e dispõem do dinheiro em todas as ocasiões; publicam a imprensa sindical, graças a qual podem difundir e impor as suas próprias ideias e pontos de vista pessoais aos restantes filiados (PANNEKOEK, 2007, p. 118).

O autor ainda observa que os sindicatos se transformam cada vez mais em gigantescas organizações, cuja estrutura interna expressa a mesma organização interna do Estado, com um corpo burocrático estabelecido em divisões hierárquicas tendo à frente aqueles que decidem e falam por seus subordinados. Não mais tomam decisões levando em consideração as preocupações e problemas inerentes às classes exploradas, mas decidem por eles tendo como referências seus interesses pessoais respeitando a lógica capitalista com a preocupação de não contrariar o patrão nem mesmo o Estado, pois, se assim o fizer, corre-se o risco de perder seus privilégios e ser encarado como inimigo. Nesse sentido, prefere a amizade com o capitalista, com o estado, e a inimizade com as classes exploradas.

O sindicalismo, portanto,

Não é uma força proletária e os sindicatos não são organizações operárias e sim burocráticas, neste sentido não é meio nem apoio para a transformação social e muito menos são as instituições da futura sociedade comunista, como pregam anarco-sindicalistas e sindicalistas

revolucionários. São instituições burguesas que agrupam mais uma fração da classe social burocrática, a burocracia sindical (VIANA, 2008, p. 64).

Essa transformação essencial que ocorre com a organização sindical tornou-se clara em períodos que a classe trabalhadora avançou sobre o capital, nos momentos de luta acirrada e aberta; períodos que o proletariado coloca em uso seus instrumentos de luta, suas armas; momento também que descobre novas formas e meios de luta e ao mesmo tempo, percebe quais instrumentos já criados ainda serviam para serem utilizados e quais deveriam ser inutilizados. É neste momento que percebe que os sindicatos não mais faziam parte de sua luta e que deveriam ser desprezados como arma da classe trabalhadora, já que se tornou arma da burguesia. Para Pannekoek:

Com o aparecimento da revolução, assim que o proletariado, de membro da sociedade capitalista passa a seu destruidor, o sindicato entra em conflito com o proletariado. O sindicato torna-se legalista, sustentáculo declarado do estado e por ele reconhecido, ou então avança com a palavra de ordem a "reconstrução da economia antes da revolução" quer dizer manutenção do capitalismo (PANNEKOEK, 2010a, p. 01).

A utopia abstrata apregoada pela burocracia de que os sindicatos manifestam os interesses da classe trabalhadora insiste em continuar dominando o campo da luta de classe, porém, na luta prática e cotidiana vai dando lugar à utopia concreta. A aproximação entre sindicato e estado vai se estreitando de tal forma que a partir de determinado período da sua história não mais é possível perceber diferenças entre organizações sindicais e Estado. A sua forma interna se apresenta como equivalente. Ambos se unem na busca pela manutenção da luta de classes e reprodução do capital. A burocracia partidária se torna presente nas organizações sindicais e estas em determinados momentos se confundem com o próprio partido. Muitos dirigentes sindicais passam a integrar partidos políticos, e seus objetivos passam a ser a luta pelo poder do Estado. Isso fica claro quando em momentos de greve, os dirigentes sindicais se aliam à burocracia partidária e em muitos casos aparecem de mãos dadas publicamente em palanques e mesmo nos bastidores das negociações entre grevistas e seus patrões ou entre grevistas e burocracia.

Com isso, todas aquelas reivindicações realizadas pelo sindicato na sua origem – aumento de salário, diminuição da jornada de trabalho e melhorias no trabalho – é revertida no seu contrário; a posição do sindicato na sociedade mudou de lado e suas reivindicações

são realizadas tendo em vista os interesses do lado que agora representa, o lado da burguesia.

Segundo Pannekoek:

Os chefes das organizações [sindicais], pela força e pela mentira impõem aos trabalhadores o trabalho à peça e o aumento do horário de trabalho: astuciosamente refinado na Inglaterra, onde esta burocracia sindical - da mesma maneira que o governo - dá a impressão de deixar levar contra a sua vontade pelos trabalhadores, enquanto na realidade sabota as suas reivindicações (PANNEKOEK, 2010a, p. 02).

Pannekoek ainda observa que não é alterando o quadro de funcionários e dirigentes dos sindicatos que a sua força contra-revolucionária pode ser enfraquecida e destruída. Isso quer dizer que a sua essência burocrática, a de representante do capital, não cessará de existir. A falsa proximidade dos dirigentes sindicais com movimentos grevistas se dá por uma questão simples: é preciso garantir o apoio de determinadas frações da classe trabalhadora para continuar sendo o intermediador da sua luta, conseqüentemente, para continuar tendo a primazia de frear o avanço dos trabalhadores e impedi-los de desencadear uma luta aberta e direta com os patrões e o Estado.

Os sindicatos se convertem em instrumentos de mediação entre capitalistas e trabalhadores; fazem acordos com os patrões que intencionam os impor aos trabalhadores que resistem. Os chefes aspiram a converte-se em uma parte reconhecida do aparato de poder do capital e o estado que dominam a classe trabalhadora; os sindicatos se convertem em instrumentos do capital monopolista, por intermédio dos quais ditam suas condições aos trabalhadores (PANNEKOEK, 2010b, p. 4).

Nesse sentido, portanto, sem o apoio de uma fração da classe trabalhadora (as mais conservadoras e limitadas em termos de percepção da posição do sindicato), as assembleias e negociações realizadas pelo sindicato em momentos de acirramento da luta são desacreditadas e perdem sua eficácia; sua posição se torna clara diante dos olhos dos trabalhadores, que são constrangidos à cegueira pelos ideólogos da burguesia. Enquanto recebe este apoio consegue uma certa garantia na continuação de sua atividade de intermediar a relação entre capitalistas e a classe trabalhadora, já que, se não o tivesse, seria facilmente deixado de lado numa greve.

Acontece que o proletariado revolucionário foi percebendo no processo de luta esta faceta conservadora dos sindicatos e está claro que num momento de luta aberta, num

período revolucionário, terão que lutar e vencer o próprio sindicato. Pannekoek esclarece esta questão quando afirma que:

A revolução só pode vencer destruindo tal organização, transformando por assim dizer radicalmente a forma da organização, para construir qualquer coisa radicalmente nova: o sistema dos Conselhos. A sua instauração é capaz de extirpar e de eliminar não somente a burocracia estatal, mas também a dos sindicatos. [...] portanto, deve ser substituída por uma outra forma que é revolucionária na medida em que permite aos trabalhadores decidir activamente por si mesmo sobre tudo (PANNEKOEK, 2010a, p. 02).

É neste momento que há a possibilidade definitiva de superação da utopia abstrata. O proletariado foi tomando consciência, portanto, que a libertação dos grilhões capitalistas só pode ser fruto de sua própria luta, tomando em suas mãos as decisões e o caminho a seguir, mantendo em suas mãos a direção da sua própria luta.

Que pretende dizer com: “manter inteiramente nas suas mãos a direção da sua própria luta” (ou, se preferirmos, dirigir eles próprios os seus assuntos)? Deve entender-se que toda a iniciativa e decisão emanam dos próprios trabalhadores (PANNEKOEK, 2007, p. 122).

Para Pannekoek, o proletariado descobriu através de suas lutas outras organizações que superaram e expressam de fato os seus interesses, e estas só foram descobertas pela necessidade de um instrumento de luta eficaz num momento em que o inimigo se colocava em sua frente impedindo-o de avançar; momento em que não poderia retroceder na luta e seguir lutando e avançando com o objetivo de superação da exploração e controle que é submetido pelos capitalistas.

Portanto, toda forma de organização que não permita aos trabalhadores:

Dominar e dirigir o seu próprio rumo é nociva e contra-revolucionária; por esta razão ela deve ser substituída por uma outra forma de organização que seja revolucionária, por permitir aos próprios operários decidir ativamente sobre todos os problemas (PANNEKOEK, *apud* Gorter, 1981, p. 31).

Surgem, portanto, os comitês de greve, conselhos de fábrica, de bairro etc., milícias e outras formas de organizações, através das quais emergem os conselhos operários, órgão desenvolvido pelo proletariado que expressa, além de sua capacidade organizacional e

criativa, que os sindicatos foram superados e não mais são os instrumentos que lhe possibilite lutar contra o capitalismo.

Enfim, Pannekoek oferece uma ampla, profunda e clara reflexão que nos possibilita perceber o modo como o marxismo manifesta e antecipa o processo de superação da utopia abstrata e efetiva da utopia concreta. No tema que aqui propomos discutir, faz isso revelando a face oculta existente em torno dos sindicatos na atualidade. A partir da sua concepção, observa-se a existência de uma ideologia sindical, através da qual reproduz a ideia de que os sindicatos continuam sendo a expressão mais eficaz da luta dos trabalhadores e estes devem respeitar e agir conforme suas propostas e determinações. Pannekoek ainda oferece elementos que possibilitam o avanço do movimento operário e efetivação de seu projeto de sociedade, da utopia concreta, quando deixa claro que num momento de radicalização da luta, os trabalhadores deverão avançar e romper com as organizações sindicais, caso queiram de fato atingir seus objetivos, e não deixar que a sua luta seja controlada e dirigida pelos dirigentes sindicais, já que estes representam o interesse do capital.

Pannekoek é, portanto, um importante pensador representante de uma concepção que integrando a história da luta do proletariado demonstrou de fato estar teoricamente expressando os interesses das classes exploradas; desenvolveu a teoria dos conselhos operários e possibilitou o avanço teórico esclarecendo a face conservadora e contra-revolucionária dos sindicatos. Com Pannekoek o marxismo aprofunda em sua expressão real, oferecendo à humanidade um importante trabalho que possibilita observar na realidade os pressupostos de realização da efetiva liberdade. Seu pensamento expressa a utopia concreta por antecipar o vislumbre de uma sociedade ainda não existente, mas que já existe enquanto projeto e está prestes a ser realizada.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança*. Vol 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GORTER, Herman. Carta Aberta ao Companheiro Lênin, In: TRAGTENBERG, Maurício. *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MAIA, Lucas. *Comunismo de Conselhos e Autogestão Social*. Pará de Minas: Virtualbooks, 2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Sindicalismo*. São Paulo: Ched, 1980.

MATTICK, Paul e PANNEKOEK, Anton. Disponível em <http://guy-debord.blogspot.com.br/2009/06/paul-mattick-pannekoek-biografia.html>, [consultado em 08-10-2015], 2015.

PANNEKOEK, Anton. *A Revolução dos Trabalhadores*. Santa Catarina: Barba Ruiva, 2007.

PANNEKOEK, Anton. *A Força Contra-Revolucionária dos Sindicatos!*. Disponível em <http://dominiopublico.qprocura.com.br/dp/667/a-forca-contra-revolucionaria-dos-sindicatos.html>, [consultado em 21-12-2010], 2010^a.

PANNEKOEK, Anton. *Tesis Sobre La Lucha de La Clase Obrera Contra el Capitalismo*. Disponível em <http://www.left-dis.nl/e/tesis.htm>, [consultado em 21-12-2010], 2010b.
VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

A Luta de Classes no Brasil (2013-2015)

Nildo Viana*

A sociedade brasileira, a partir de 2013, entrou num processo de crescentes conflitos sociais. Sem dúvida, esse processo se inicia antes, mas é a partir desse ano que os conflitos sociais se tornam mais visíveis e profundos. O nosso objetivo é analisar a luta de classes no Brasil a partir desse momento até a atualidade, no sentido de explicar sua dinâmica e tendências. Nesse sentido, vamos realizar uma breve contextualização da sociedade brasileira, focalizando principalmente o Governo Dilma, tendo em vista sua importância no processo de constituição da situação atual.

A sociedade brasileira vive, desde 1990, sob o governo Collor, época em que emerge no Brasil o regime de acumulação integral subordinado. A reestruturação produtiva começava a avançar e o Estado Neoliberal, representado pelo Governo Collor, realiza as primeiras políticas neoliberais. A crise de governabilidade e o *Impeachment* geraram o Governo Itamar Franco, que deu continuidade moderada ao neoliberalismo. A consolidação do neoliberalismo ocorre com o Governo Fernando Henrique Cardoso, em seus dois mandatos. No plano político institucional, a disputa principal era entre o bloco dominante, representado pelo governo, partidos aliados e setores da burguesia mais consolidados, e o bloco reformista, hegemonizado pelo Partido dos Trabalhadores e aglutinando burocracias partidárias e sindicais, entre outros setores.

A vitória de Luís Inácio Lula da Silva, nas eleições presidenciais de 2002, altera o quadro político nacional. O que ocorre é que o bloco reformista é desintegrado, sendo que sua maior parte e mais forte se torna parte do bloco dominante. O aparato estatal não muda em nada substancialmente, continuando neoliberal. Isso vale para o Governo Lula, com seus dois mandatos, bem como para o Governo Dilma, também em ambos os mandatos, sendo que o segundo mandato, nesse caso, está no início. O que caracteriza os governos do Partido dos Trabalhadores (Lula e Dilma) é o neoliberalismo neopopulista.

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás; Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília e Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo; autor de diversos livros, entre os quais: *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral* (São Paulo: Ideias e Letras, 2009); *Os Movimentos Sociais* (Curitiba: Prisma, 2016); *A Pesquisa em Representações Cotidianas* (Lisboa: Chiado, 2015); *Estado, Democracia e Cidadania – A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo* (Rio de Janeiro: Rizoma, 2015) e *O Que São Partidos Políticos* (Brasília: Kíron, 2013).

O que caracteriza o neoliberalismo neopopulista? Essa é uma forma específica de neoliberalismo, unindo aspectos que remetem à especificidade da sociedade brasileira com os interesses da burocracia partidária petista. O PT mostrou que não tinha um projeto de reformas macroestruturais, tal como propõe a social-democracia, nem um projeto de transformação social. O PT tinha como grande ambição e objetivo a conquista do poder estatal, não para apresentar um projeto político, seja qual for (governamental, revolucionário, etc.) e sim para obter as vantagens de se aquartelar no aparato estatal. Assim, o único projeto real do PT era o de ascensão ao poder estatal e preservação do mesmo. Ou seja, no fundo o PT tinha e é o que ainda tem, um projeto de poder, de conquista e preservação do poder estatal. No entanto, uma vez no poder e usufruindo dos seus privilégios, cargos, recursos (por via legal ou ilegal), é preciso também governar. Qualquer governo, no capitalismo, deveria ter um projeto de desenvolvimento nacional. Esse projeto é o que aponta como o desenvolvimento capitalista ocorre no âmbito nacional e inserido na dinâmica internacional. Os governos petistas nunca tiveram tal projeto.

E é isso que caracteriza o neoliberalismo neopopulista dos governos petistas. Na falta de um projeto de desenvolvimento nacional e diante da pressão internacional, adota o neoliberalismo e dá prosseguimento às políticas dos governos anteriores. Assim, as políticas neoliberais são adotadas rigidamente, seguindo as diretrizes internacionais (FMI, Banco Mundial, UNESCO, etc.). No entanto, o projeto de poder do PT gerou algumas especificidades no seu neoliberalismo¹. Ele realizou uma versão do neoliberalismo no qual se busca criar uma base de apoio, representado por um conjunto de partidos aliados, setores da burguesia, junto com uma parte do lumpemproletariado e burocracias (partidárias, sindicais, governamentais, etc.) e setores dos movimentos sociais. Para conseguir isso, realizou um conjunto de políticas estatais neoliberais que eram simultaneamente neopopulistas. No interior destas se destacam as políticas segmentares, que visam cooptar segmentos sociais específicos e setores dos movimentos sociais, e as políticas assistencialistas, desde o “Fome Zero”, que foi um fiasco, até as bolsas de auxílio para a parte mais empobrecida da população.

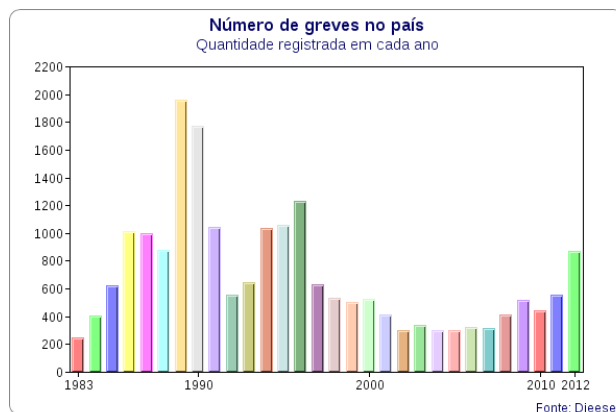
Apresentando uma versão brasileira das políticas de ação afirmativa, as políticas de cooptação apresentam algumas propostas que são mais gerais, como a política de cotas

¹ Em sua autoimagem ideológica, necessária para se apresentar como não sendo neoliberal, os ideólogos petistas criaram o termo “neodesenvolvimentismo”, menos comprometedor que neoliberalismo.

raciais, e geração de empregos, cargos, financiamento de pesquisas na área, entre outros elementos, que realizam uma cooptação mais direta de diversos setores da população negra. Isso também ocorre com as mulheres, homossexuais, etc. O objetivo de tal política neopopulista, é cooptar setores da sociedade sem grandes gastos estatais, máxima neoliberal. Esse processo de cooptação se caracteriza por criar uma forte adesão, através dos beneficiários diretos de tais políticas (os cooptados diretos) e da manipulação dos sentimentos e necessidades dos demais (cooptados indiretos), que, devido ao vínculo identitário, mesmo não sendo beneficiado diretamente, apoia integralmente e inclusive com forte teor sentimental.

No entanto, tais políticas são relativamente frágeis. Isso ocorre devido ao fato de que esses setores cooptados não são grandes mobilizadores sociais e seu apoio é mais eleitoral e no interior de determinadas instituições (especialmente as estatais). A parte do lumpemproletariado que recebe as bolsas, tal como a bolsa-família, e os setores cooptados de movimentos sociais e determinados grupos sociais, não possuem condições políticas para garantir uma base sólida para o governo. A fragilidade dessa base de apoio se torna ainda mais evidente devido ao seu relativo sucesso apenas em períodos de estabilização. Enquanto há estabilidade financeira e política, ela é suficiente para garantir a governabilidade e sucessos eleitorais. Contudo, a partir do processo de desestabilização, sua fragilidade se torna mais que evidente. O PT ao invés de criar bases de apoio junto aos trabalhadores, o que levaria fatalmente ao confronto com setores do capital (já que demandaria reforma agrária, nova política salarial, etc.), mas que teria solidez, preferiu unir as políticas neoliberais com o neopopulismo e assim conseguiu o aparelhamento do aparato estatal e manter a governabilidade e estabilidade durante o período de estabilização do regime de acumulação integral subordinado. Esse, no entanto, começa a mostrar seus primeiros sinais de desestabilização em 2012. É nesse contexto antecedente que podemos avançar na compreensão da luta de classes a partir de 2013 no Brasil.

O ano de 2012 foi marcado por uma ascensão do movimento grevista. O número de greves ultrapassou a dos anos anteriores e a situação financeira do país começava a sair da estabilidade e equilíbrio. A precarização do trabalho continuava se ampliando. A precarização dos serviços públicos, incluindo das universidades federais, que entraram em greve nesse ano, era outro sintoma do fim da estabilidade.



O início de 2013 já apontava para uma possibilidade de ascensão das lutas sociais. Havia uma expectativa de aumento da inflação, o que se verificou nesse ano em escala microscópica aliado com o descontentamento dos movimentos grevistas que não conseguiram grandes resultados no ano anterior, serviços públicos precarizados, problemas no transporte coletivo, mostram a existência de uma insatisfação silenciosa. O movimento estudantil, especialmente o seu setor não burocratizado, apontava para uma retomada das lutas dos anos anteriores² e o aumento do preço das passagens acaba desencadeando um fortalecimento das lutas estudantis sobre a questão do transporte coletivo. As manifestações estudantis se ampliam em maio de 2013 e a repressão estatal também. A violência estatal incentivou novas manifestações e os estudantes passaram a receber amplo apoio popular³. E, nesse contexto, eclodiram as manifestações populares de junho de 2013. Essas manifestações promoveram mudanças na dinâmica da luta de classes no Brasil e por isso merecem uma análise mais detalhada.

As manifestações de junho de 2013 foram derivadas das manifestações estudantis, sendo manifestações espontâneas (MARQUES, 2013; VIANA, 2013a; VIANA, 2013b). A sua eclosão teve como origem a insatisfação social gerada pela precarização e conjunto de outros processos sociais (incluindo acusações de corrupção e autoritarismo tanto do governo federal quanto de alguns governos estaduais), bem como pela expectativa de aumento da inflação, serviços de transporte coletivo, educação e saúde extremamente precarizados, aliado ao impacto do aumento do preço da passagem e repressão violenta dos estudantes. Nesse contexto, a insatisfação passou a se explicitar e as ruas foram tomadas. Estas

² As lutas estudantis anteriores remontam as ações e manifestações do Movimento Passe Livre e outras iniciativas. Sobre isso é possível consultar: Vinicius (2004).

³ Esse processo foi analisado por diversos autores e obras, sendo que se destacam as seguintes contribuições: Marques (2013); Maia (2013), Viana (2013a), Viana (2013b), Davis (2013).

manifestações, no entanto, superaram as manifestações estudantis, tanto pela quantidade muito maior de manifestantes, como também pela ampliação das reivindicações e maior pluralidade de posições políticas. A composição social era policlassista, contando com setores das classes privilegiadas e das classes desprivilegiadas, gerando um processo de ação coletiva sem maior direcionamento e unidade. Os representantes do movimento estudantil, em alguns casos, se afastaram das manifestações (tanto por falta de estratégia quanto por interesses político-partidários, entre outras motivações) e assim aqueles que iniciaram o processo e tinham maior respeitabilidade e possibilidades de conseguir unificar as manifestações em torno de um projeto político, se abstiveram e enfraqueceram as mobilizações. Em algumas cidades, como em Goiânia, mantiveram sua participação, mas agora concorrendo com partidos políticos, inclusive o PT, e com um setor da população descontente, mas sem grande politização. Nesse caso, se tentou disputar a hegemonia do movimento, mas sem estratégia e agindo mais no dia e momento das manifestações, ao invés de realizar um trabalho anterior.

Diante desse contexto, a reação governamental foi de repressão, e ao notar que isso era impopular e fazia crescer a insatisfação, passou a querer dividir as manifestações em dois grupos: os “legítimos” (que seriam pacíficos e estariam em seu pleno direito de protestar) e os “vândalos” (os mais radicais e os que exerciam atos de violência). O capital comunicacional (meios oligopolistas de comunicação) seguiu a mesma dinâmica, passando da crítica das manifestações para a crítica do setor mais radicalizado. A intenção era aparentar ser democrático e, ao mesmo tempo, reforçar a hegemonia burguesa no interior das manifestações, tentando criar uma corrente de opinião⁴ desfavorável aos radicais, buscando, assim, evitar que este influenciasse o restante da população e manifestantes.

O bloco dominante usou a estratégia de isolar o bloco revolucionário⁵. As manifestações de 2013 marcaram um momento de radicalização da população e lutas

⁴ Para entender melhor esse processo é importante entender a dinâmica das correntes de opinião e as forças formadoras das mesmas (VIANA, 2015).

⁵ Abordamos as lutas de classes no Brasil através da análise das classes sociais e suas lutas, bem como de suas expressões mais conscientes e organizadas, expressas nos blocos sociais. Nesse caso, temos três grandes blocos sociais. O bloco dominante, que expressa os interesses da classe dominante e tem como integrantes o aparato estatal, as instituições da burguesia, a classe capitalista, a maior parte da burocracia e da intelectualidade, os partidos declaradamente de direita e os governistas (que podem se dizer de “esquerda”, tal como PT e PCdoB – Partido Comunista do Brasil, entre outros que são a base partidária do governo petista aliado com partidos declaradamente direitistas). O bloco reformista é composto por parte da burocracia e intelectualidade, especialmente as burocracias partidárias dos partidos mais radicais ou de oposição ao governo, que, no caso brasileiro, são o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), PCO (Partido da Causa Operária) e diversos outros pequenos partidos e grupos

espontâneas, que se espalharam até pelas pequenas cidades do interior, promovendo um breve processo de politização da sociedade. O bloco revolucionário, muito fraco anteriormente, sendo composto por pequenos grupos políticos, alguns poucos intelectuais, setores da juventude, algumas tendências de movimentos sociais, etc. estava presente, mas sem grande influência no processo geral. Nesse momento, com a politização e ala radical do movimento estudantil, aliado com a insatisfação de amplos setores da população e juventude, se iniciou um processo de fortalecimento do bloco revolucionário. Apesar disso, por falta de estratégia de alguns, pouco tempo de ação devido ao caráter inesperado das manifestações espontâneas, e contradições internas de grupos e indivíduos, o processo de avanço do bloco revolucionário foi limitado. O bloco reformista, por sua vez, se aliou ao bloco dominante e combateu as manifestações⁶. Isso ocorreu tanto devido às ideologias vigentes nos partidos progressistas⁷, tal como o bolchevismo e seu vanguardismo antiespontaneísta, quanto à recusa dos mesmos (e dos partidos em geral) pela maioria dos manifestantes. Isso significou que as primeiras manifestações populares espontâneas de grande envergadura explicitaram uma recusa dos partidos políticos, incluindo os progressistas.

As manifestações ocorreram durante o mês de junho, tanto em grandes quanto em pequenas cidades e no seu final começou a ter uma presença de trabalhadores em atos localizados. Contudo, como era de se esperar, as manifestações não se sustentam por tempo indefinido. A falta de objetivos concretos, pois existiam múltiplas reivindicações (sendo as principais voltadas para educação, saúde, condenação de corrupção, transporte coletivo) e de um projeto político ou alternativo que apontasse para sua concretização eram outros elementos enfraquecedores das mobilizações. Assim, a multiplicidade e falta de unidade das

aspirantes a se tornarem partidos. O bloco revolucionário é composto por grupos políticos, tendências dos movimentos sociais, jovens e operários revolucionários, alguns intelectuais, tal como o Movaut – Movimento Autogestionário, alguns grupos anarquistas, a ala revolucionária do movimento das mulheres e outros movimentos sociais e um grande contingente radicalizado mas desvinculado de organizações políticas.

⁶ Esse processo é muito comum e basta ver as experiências da Revolução Portuguesa (VARELA, 2013) ou do Maio de 1968 (BRINTON, 2002) para ver o papel dos partidos comunistas e semelhantes na luta contra as ações espontâneas dos trabalhadores. Isso é derivado do seu caráter burocrático e dirigista, expressão dos interesses da burocracia como classe social, que deve desconfiar e lutar contra as formas de luta não controladas por eles.

⁷ O termo “progressista”, aqui, não tem uma conotação positiva. Progressista, em nossa concepção, é uma posição política que visa o progresso no interior da sociedade burguesa, o que revela seus limites intransponíveis. O progresso no interior da sociedade burguesa só pode ser o progresso capitalista, ou seja, um desenvolvimento ou reforma do mesmo, o que significa sua manutenção. Logo, tanto as concepções social-democratas, quanto as bolchevistas e semelhantes, são progressistas. Aqueles que se dizem “revolucionários” e pregam a luta armada também são progressistas, pois sua concepção de “socialismo” não ultrapassa o âmbito de um capitalismo reformado.

manifestações, aliados com seu desgaste natural, acabaram fortalecendo sua tendência ao esgotamento. O grande problema é que isso gerou uma politização momentânea e uma corrente predominante de opinião mais avançada e que apontavam para uma autonomização da população que, no entanto, não conseguiu criar um processo cumulativo para as lutas posteriores. Isso pode ser explicado pela ausência do proletariado como classe (ou seja, fazendo reivindicações explicitamente relacionadas com sua situação de classe social), e pela fraqueza do bloco revolucionário, tanto teórica quanto estratégica, sendo que a primeira reforça a segunda. As manifestações deveriam ter gerado um fortalecimento do bloco revolucionário e das lutas proletárias, o que ocorreu muito limitadamente.

As promessas da presidente Dilma Rousseff durante o período das manifestações (punição dos corruptos, reforma política, etc.) retrocederam tão rapidamente quanto as mesmas. A luta de classes perde a radicalidade que se esboçou em maio e junho de 2013 e as manifestações e outras ações passaram a se limitar ao que já era realizado anteriormente. O bloco revolucionário não conseguiu superar sua debilidade teórica e estratégica, com raras exceções, e continuou preso, na maioria das suas tendências, ao praticismo e obreirismo. A luta cultural de alguns setores passou a refletir mais sobre as tendências das lutas de classes na sociedade brasileira e assim houve uma contribuição real expressa nas análises das manifestações, das tendências posteriores, a crítica do bloco reformista, apontamentos sobre importância da luta cultural e da necessidade de estratégia revolucionária, etc. Esse é o caso exemplar da *Revista Enfrentamento* e outros setores e intelectuais que apontaram para uma perspectiva revolucionária.

O ano seguinte foi marcado por um processo de amenização das lutas de classes em comparação com 2013. Dois eventos contribuíram para isso: a Copa do Mundo de Futebol e as eleições presidenciais e para governos estaduais, senado e câmara legislativa federal e estadual. As mobilizações mais fortes foram dos atingidos pelas obras da copa, estudantes ativistas que foram protagonistas no ano anterior e mais alguns poucos grupos e ações sem grande repercussão. A ação principal foi efetivada pelo Estado. O Estado, como “capitalista coletivo ideal”, realiza uma política de repressão preventiva visando conter o avanço das lutas sociais e especialmente, nesse contexto, os protestos a respeito da Copa do Mundo de Futebol. Esse evento, cujas obras faraônicas, acompanhadas de denúncias de corrupção, bem como criação de estádios em cidades de pouca tradição futebolística, torcida e usos posteriores para os mesmos, aliados ao desalojamento de inúmeras pessoas de regiões

utilizadas para as construções, era uma vitrine mundial que os protestos poderiam manchar a imagem do país e do governo. A truculência policial e a prisão de diversos militantes promoveram um recuo dos ativistas estudantis e em geral. A repressão preventiva e o medo foram as principais armas do aparato estatal nesse contexto.

A derrota da seleção brasileira na Copa do Mundo, algo inesperado por sua tradição futebolística e por estar disputando esse torneio no próprio país, e o vexame da goleada sofrida pela seleção da Alemanha, abalou ainda mais a credibilidade do governo. Esse elemento apenas acrescentava (junto com o processo de manifestações do ano anterior e repressão preventiva) um motivo a mais para a derrota do PT e seus aliados nas eleições presidenciais do segundo semestre. No entanto, isso não ocorreu. O segundo semestre de 2014 é marcado pela busca do governo e dos blocos dominante e progressista em canalizar a luta de classes para a disputa eleitoral. O bloco dominante se dividia entre a ala governista, representada pelo PT e aliados, e a ala oposicionista, representada pelo PSDB e aliados. Outras forças políticas menores atuaram, mas não conseguiram ultrapassar essa polarização, a não ser durante um período curto no qual houve a comoção com a morte do candidato Eduardo Campos, o que ajudou sua substituta, Marina Silva, ganhar um apoio eleitoral inesperado. A alegria durou pouco, pois a fraqueza da candidata, tanto discursiva nos debates quanto em matéria de propostas e estratégia eleitoral, acabou sendo superada pela retomada da polarização no interior do bloco dominante representada pela candidata à reeleição pela ala governista, Dilma Rousseff, e o candidato do PSDB, Aécio Neves, pela ala oposicionista.

O bloco reformista tentou se recompor e retomar um certo espaço na sociedade civil e no plano eleitoral. No entanto, passaram a reproduzir a estratégia petista, na qual o foco no moralismo progressista, fundado na ideologia do gênero, politicamente correto e afins⁸, que

⁸ O capitalismo contemporâneo, com a hegemonia pós-estruturalista e neoliberal, gerou novas concepções vigentes, incluindo um moralismo progressista (que tem vertentes diferenciadas, como a neoindividualista e acaba derivando dele um imoralismo) e também, em certos contextos, gerou mais força para o moralismo conservador, também em diversas vertentes. A identificação das forças progressistas (especialmente partidos comunistas e social-democratas e, no caso brasileiro, o PT) como sendo “esquerda” acaba gerando a falsa ideia de que o moralismo progressista é uma concepção esquerdista. Ele é, no fundo, uma versão do moralismo burguês, e, portanto, é direitista tanto quanto o moralismo conservador. A confusão terminológica que os progressistas e conservadores realizam hoje é uma estratégia para polarizar entre eles e ofuscar uma concepção realmente revolucionária. Não deixa de ser curioso ver como os liberais contemporâneos estão querendo ressignificar os termos “direita” e “esquerda”. Isso aparece, por exemplo, na concepção que afirma que a direita defende a liberdade e a esquerda a igualdade (ou outras dicotomias no interior da sociedade capitalista, como mercado X estatismo; individualismo X coletivismo, etc.). Na concepção marxista, direita significa a posição política da burguesia e esquerda a posição política proletária, tendo um caráter de classe e concreto, sendo que a liberdade proposta pela classe dominante é a individual e formal e a igualdade sendo coisa secundária e apenas de “oportunidades” enquanto que para o marxismo a liberdade e a igualdade são

se tornaram prioridade para alguns partidos progressistas, especialmente o PSOL, o maior dentre eles. Com um discurso ideológico e reproduzidor da hegemonia petista, esse partido não conseguiu aglutinar e se tornar uma alternativa, ficando em uma posição eleitoral insignificante. Da mesma forma, outros partidos pequenos, de todas as posições políticas, não conseguiram ir além de debates estéreis e pouca presença no interior da população.

O bloco revolucionário recuou drasticamente, especialmente no ativismo. A derrota das manifestações de 2013 e principalmente a repressão preventiva do aparato estatal no primeiro semestre, aliado com a canalização da luta de classes para a instância eleitoral, reduziu seu espaço de atuação. A ação efetiva de maior peso nesse momento foi a luta pelo “voto nulo autogestionário” e as campanhas anarquistas em favor do voto nulo ou abstenção⁹. Além disso, havia a continuidade das formas de luta comuns em períodos de recuo das lutas de classes.

A dinâmica eleitoral gerou um segundo turno na eleição presidencial entre os candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves. A candidata petista usou várias estratégias para angariar votos, tal como o discurso do medo (apelando para as poucas melhorias existentes a partir dos governos petistas e abstraindo suas origens nos governos do PSDB). O candidato do PSDB não conseguiu ir além da demonstração de maior competência discursiva e mais desenvoltura nos debates televisivos. O debate foi totalmente despolitizado por todos os candidatos e tudo passou a girar em torno da competência gerencial e de questões isoladas (educação, saúde, segurança, etc.). O segundo turno foi acompanhado do uso dos mesmos procedimentos pouco éticos na disputa eleitoral, principalmente pela candidatura petista. A candidata petista tinha maior apoio na classe burocrática e na classe intelectual, apesar de sua política de precarização das universidades que havia gerado o movimento grevista de 2012, nos setores mais empobrecidos da população e no setor da sociedade cooptado pelas políticas segmentares (sexo, raça, sexualidade, etc.). No entanto, o setor mais ativista, devido às práticas governamentais de repressão nos dois últimos anos, tendia ao voto nulo e isso lhe retirou um volume considerável de votos. No segundo turno, ela conseguiu ganhar com o discurso do medo, o apoio (“crítico”) da maior parte do bloco reformista e maior quantidade de votos no nordeste do país¹⁰.

inseparáveis e objetivos do comunismo. Para fugir da confusão e dessa dicotomia, talvez seja mais estratégico abandonar o uso desses termos e usar nova terminologia para distinguir os dois polos da luta de classes.

⁹ Sobre a diferença entre essas posições antieleitorais, veja: VIANA, 2010.

¹⁰ As eleições presidenciais no Brasil acompanham a diversidade e diferença regional (e de classe, embora nesse aspecto sem homogeneidade). O PT, quando tinha um discurso mais oposicionista, ganhava menos votos no

Assim, a vitória da ala governista do bloco dominante num segundo turno - de forma muito apertada - mostrou que sua hegemonia já estava enfraquecida. Isso fortaleceu tanto a oposição oficial e principal no plano eleitoral, representado pelo PSDB, quanto a ala extremista do bloco dominante que passou a ter maior presença no cenário nacional. As razões da vitória apertada de Dilma Rousseff foram o deslocamento do apoio de parte da burguesia para o PSDB e a ala semiproletária do bloco revolucionário ter se afastado e deixado de votar no PT (acompanhando a ala proletária do mesmo), e, principalmente, grande parte da população insatisfeita, especialmente das classes desprivilegiadas, que engrossaram a abstenção e o voto nulo (a soma de votos nulos, brancos e abstenções constituiu um terço do eleitorado total do país). Assim, a ala oposicionista do bloco dominante se tornou mais presente e ousada. O PSDB declara que sua oposição não será apenas nas disputas eleitorais, mas durante os quatro anos de mandato. Uma ala extremista, bem como grupos religiosos mais conservadores, passam a ter maior presença na sociedade civil.

Assim, o resultado eleitoral promoveu uma cisão no bloco dominante. A unidade e unificação relativa para manter a governabilidade e a reprodução do capital foram substituídas pela luta permanente pelo poder. Após as eleições, os escândalos de corrupção e as manifestações solicitando *impeachment* e intervenção militar, nos mostram um pouco da situação de governabilidade instável a partir desse momento. A ala governista do bloco dominante vai perdendo apoio e, nesse contexto, a crise financeira que emerge a partir do início de 2015 acaba reforçando seu desgaste. O caso da corrupção na Petrobrás e seus desdobramentos facilitam os ataques oriundos do capital comunicacional e demais alas do bloco dominante. Isso cria afastamento dentro do próprio PT, tal como indivíduos e grupos que abandonam o partido, seja por estar mais à esquerda, seja por oportunismo ao ver que o barco está afundando.

Esses acontecimentos apenas mostram a cisão do bloco dominante e sua luta pelo poder estatal junto com as necessidades do capital de aumentar a exploração e diminuir mais ainda os gastos estatais, sendo que o governo petista vem realizando ou permitindo isso

nordeste e norte e ganhava mais votos no sudeste e no sul. No entanto, o seu principal apoio eleitoral foi se deslocando com o passar do tempo. O nordeste, mais empobrecido, e mais sensível às bolsas-família e outras migalhas oferecidas pelo governo federal, acabou oferecendo uma votação mais expressiva para a candidata do PT, bem como no norte. No centro-oeste houve equilíbrio e no sul e sudeste o PSDB ganhou. Isso gerou um certo preconceito em relação aos nordestinos pelos mais direitistas na região sul e sudeste, incentivado pelo seu peso eleitoral na eleição presidencial.

paulatinamente, mas sem romper com certos compromissos que podem minar o que restou de sua base de apoio eleitoral. A popularidade da presidente caiu para menos de 10% e o barco parece estar desgovernado. A crise financeira e os cortes de verbas para as universidades geraram um novo movimento grevista em mais de 50 instituições, bem como em outras instituições federais. O crescimento da inflação, desvalorização da moeda, desenvolvimento do capital (“crescimento econômico”) desacelerado, entre outros processos, complementam o quadro estabelecido.

Nesse contexto, o bloco reformista se divide entre os apoiadores discretos do governo com medo da “intervenção militar” ou “fascismo” e outros mais ousados que apoiam greves e outros processos. O bloco revolucionário que tendia para um fortalecimento diante da conjuntura, não conseguiu grande avanço além do que já realiza normalmente, embora novas manifestações e ações tendam a ocorrer graças às políticas do governo federal e dos governos estaduais e isso pode reforçá-lo. Nesse caso, a juventude aparece como uma das principais forças em luta, tal como se pode observar nas ocupações de escolas em São Paulo depois da investida do governo estadual de Geraldo Alckmin (PSDB) propondo sua “reorganização”.

O bloco dominante, apesar das rachaduras e divisão interna, mantém a hegemonia com a criação imaginária de suas falsas polarizações: PT e PSDB (e oposição em geral) e entre moralismo conservador e moralismo progressista. A crise política-institucional que surge em 2015, tendo como elementos propulsores as denúncias de corrupção e a campanha pelo *impeachment*, ao lado da estratégia do PSDB de fazer oposição cotidiana e no âmbito político-institucional (principalmente no parlamento e meios de comunicação), foi se agravando com as investidas de punição de corruptos e desgaste do governo, tanto por sua incompetência quanto por seu imobilismo. Isso é reforçado pela crise financeira iniciada, não tão grave quanto anunciado pela grande imprensa, mas também não desprezível, como propagandeado pelos pró-governistas, e que foi se aprofundando e aumentando a gravidade, especialmente pela falta de reação concreta por parte do governo.

Essa polarização, alimentada por governistas e antigovernistas na política institucional e reforçada nos meios oligopolistas de comunicação e na internet, especialmente nas redes sociais, acaba ofuscando os reais problemas sociais e as possíveis soluções dos mesmos. A ala governista do bloco dominante se mostra inoperante e acuada, esboçando reações que pouco avançam no sentido de reverter o quadro político-institucional.

A ala oposicionista do bloco dominante realiza avanços e recuos e também não apresenta nenhuma proposta concreta de solução dos problemas existentes, limitando-se a focalizar o governo como problema e o *impeachment* como solução¹¹. Além de cargos e posições em disputas no âmbito governamental, o ponto central são as eleições presidenciais. Esse processo tem um efeito despolitizador e graças aos meios oligopolistas de comunicação, temos um fortalecimento do conservadorismo na maioria da população. Ou seja, apesar do objetivo principal da disputa no interior do bloco dominante seja por cargos e eleições, ele também tem o objetivo de afastar o fantasma de 2013 que poderia desembocar num outro tipo de polarização, a de classes. Esse processo é facilitado pela estratégia de identificar o PT com a esquerda e assim torna possível combater o primeiro em nome do segundo e vice-versa.

Uma Outra polarização, secundária, ocorre no plano comportamental e moral. Nas últimas eleições presidenciais, foi expressa, sob forma cômica¹², no “debate” entre Levy Fidelix (PRTB) e Luciana Genro (PSOL). Nesse caso se institui uma polarização entre o moralismo conservador e o moralismo progressista¹³. O moralismo conservador consegue força e apoio de setores de igrejas mais ortodoxos e de grande parte da população, especialmente das classes desprivilegiadas e setores mais conservadores das classes privilegiadas, enquanto que o moralismo progressista tem suas raízes e força nos meios intelectualizados e em certos setores das classes privilegiadas. Essa polarização secundária cumpre o mesmo papel que a primária, pois a luta de classes é substituída por disputas sobre comportamento, sexualidade, etc., com altas doses de dogmatismo e pouca racionalidade, de ambos os lados, bem como confusão (intencionais ou inintencionais, dependendo do caso) entre interesses pessoais e grupais. O domínio dos dogmas (seja da religião, da ideologia liberal ou da ideologia da moda, entre diversas outras possibilidades) e os extremismos

¹¹ Não existe consenso na ala oposicionista. O principal representante dessa tendência é o PSDB, mas no seu interior se agrupam também tendências semifascistas, neoliberais de diversos tipos, setores “democráticos” e “reformistas”, etc. Alguns defendem o *impeachment* e outros não, para citar um exemplo de diferença no seu interior.

¹² Aliás, a comicidade é uma característica perene da política institucional brasileira. Basta ouvir os discursos da presidente Dilma Rousseff, dignos de um programa televisivo de humor, para se ter uma noção disso. Há um humor involuntário que é inofensivo em si, como os discursos presidenciais anteriormente citados, como um que é cômico apenas por seu caráter absurdo, como as práticas parlamentares. Isso apenas revela o baixo nível da política institucional brasileira.

¹³ A moral pode ser aqui compreendida como um conjunto de normas produzidas socialmente e impostas posteriormente aos indivíduos. O moralismo é caracterizado por uma prática de julgamento e condenação com base em uma determinada moral (VIANA, 2015). O moralismo progressista formalmente é igual ao conservador, sendo que a diferença está no conteúdo, pois sua base moral é distinta.

derivados, garantem escandalização e violência, gerando cada vez mais afastamento da grande maioria da população e antipatia de antigos simpatizantes. Esse processo tem um efeito político significativo por ocorrer no interior dos meios intelectualizados e movimentos sociais, que é de onde emergem um número expressivo, proporcionalmente falando, de indivíduos e grupos do bloco revolucionário, que ao se enfraquecer não só permite a reprodução das polarizações anteriores como também o elo entre forças políticas e organizadas de caráter proletário e proletariado.

Assim, as duas falsas polarizações engendradas pelo bloco dominante (com apoio do bloco reformista) acabam promovendo um processo crescente de despolitização e de aumento de sentimentos antipáticos, maniqueísmos, intolerância, ressentimentos e também conflitos que cada vez mais tendem a ser violentos. Esse processo gerou um estado de letargia que não aponta para nenhuma alternativa ou perspectiva. No entanto, a alternativa está presente e, tal como em 2013, pode explodir a qualquer momento e, tal como no ano que antecedeu este, vários sintomas e processos vão se constituindo para perceber sua tendência. A crise financeira e a busca de solução dela através de mais neoliberalismo só tende a agravar as questões sociais e o empobrecimento da população. Ao lado disso, as falsas polarizações tendem a revelar seu verdadeiro sentido quando o caráter de classe do processo em curso vir à tona. Esses sintomas são visíveis com as políticas de austeridade e mais neoliberalismo, por um lado, e novas lutas que começam a emergir. Depois do presente, virá o futuro.

Referências bibliográficas

BRINTON, Maurice. *Maio de 1968*. Rio de Janeiro: Conrad, 2002.

DAVIS, Mike. Estrada de Metal Pesado. In: MARICATO, Emília (org.). *Cidades Rebeldes. Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAIA, Lucas. Para Além dos Protestos. *Enfrentamento*. Ano 8, num. 13, jan./jun. de 2013. Disponível em: <http://www.enfrentamento.net/Enf%20esp.pdf> Acessado em 25/06/2013.

MARQUES, Edmilson. A Espontaneidade das Manifestações. *Enfrentamento*. Ano 8, num. 13, jan./jun. de 2013. Disponível em: <http://www.enfrentamento.net/Enf%20esp.pdf> Acessado em 25/06/2013.

VARELA, Raquel. Greves, Relações Laborais e Direitos Sociais na Revolução dos Cravos em Portugal (1974-1975). *Revista Em Pauta*. Vol. 11, num. 31, 2013.

VIANA, Nildo. Eleições, Voto Nulo e Autoemancipação. *Revista Enfrentamento*, num. 08, Jan./Jun. 2010. Disponível em: <http://www.enfrentamento.net/especiais.html> acessado em 15/11/2010.

VIANA, Nildo. Manifestações Populares e Luta de Classes. *Enfrentamento*. Ano 8, num. 13, jan./jun. de 2013b. Disponível em: <http://www.enfrentamento.net/Enf%20esp.pdf> Acessado em 25/06/2013b.

VIANA, Nildo. Representações Cotidianas e Correntes de Opinião. *Revista Espaço Livre*, Vol. 10, num. 19, 2015. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/article/view/293/227> acessado em 18/11/2015.

VIANA, Nildo. Da ocupação das ruas à ocupação da vida: uma análise das manifestações populares no Brasil atual. In: *Territorial - Caderno Eletrônico de Textos*, Vol.3, n 1, 20 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.cadernoterritorial.com/news/da-ocupa%C3%A7%C3%A3o-das-ruas-%C3%A0-ocupa%C3%A7%C3%A3o-da-vida%3A-uma-analise-das-manifesta%C3%A7%C3%B5es-populares-no-brasil-atual-nildo-viana/> Acessado em 20/06/2013a.

VINICIUS, Leo. *A Guerra da Tarifa*. Rio de Janeiro: Faísca, 2004.

Universidade, Alienação e Capitalismo

Leidiane Pereira Almeida*

Introdução

Por meio desse artigo, o qual é o resultado de uma pesquisa acadêmica, propomos analisar como se dá a sistematização do ensino universitário no sentido da formação de mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho, compreendendo como funciona e deriva a organização da produção de ideologias, nos objetivando a entender como se dá a alienação dos discentes em relação ao sistema pedagógico formador de profissões que os mesmos estão inerentes, com foco na educação oferecida por unidades universitárias.

A pretensão de tal trabalho como dito acima é intencionalmente voltado ao aluno do ensino universitário com ênfase na contemporaneidade, ou seja, como está hoje essa relação universidade – universitário no sentido do que a universidade busca suscitar no discente considerando o meio em que ele vive, com indagações sobre o objetivo que a universidade produz e divulga ideologias para construir a formação universitária do mesmo, favorecendo assim, o sistema capitalista. Nesse sentido temos como problemática saber como a universidade se utiliza muitas vezes de ideologias dominantes para formar trabalhadores com especialidades em várias áreas do ensino, não despertando em grande parte das vezes, criticidade sobre a exploração de sua mão-de-obra.

A motivação que nos levou a pesquisar esse tema foi o interesse de saber como o sistema pedagógico formador de profissões, com destaque nesse trabalho em questão, a “universidade”, trata seus gestores, professores e alunos diante do conhecimento em um modelo de educação burguesa, sendo esses três meros integrantes da sociedade capitalista, e atuam para produzir e divulgar ideologias.

Portanto, compreende-se a partir do exposto que, a especialidade da universidade é a de ter um quadro de funcionários formados, treinados e instruídos em assunto de educação, tendo como objetivo maior, a reprodução do capitalismo, uma vez que a mesma integralizou-se a ele.

Dessa forma, nossa pesquisa inclui-se no campo da história social, e tem a educação universitária como seu objeto de estudo, com o objetivo de compreender um aspecto da mesma. Segundo Nildo Viana (2006) em seu livro *Introdução a sociologia história social* é:

* Graduada em história pela Universidade Estadual de Goiás e especialista em docência do ensino superior.

Uma ciência, portanto, carrega em si os elementos característicos do pensamento científico em geral, e sua particularidade reside em seu objeto de estudo que é a sociedade, e nos procedimentos metodológicos criados para analisá-la (VIANA, 2006, p. 12).

O método que utilizamos para desenvolver nosso artigo no sentido de compreender a reprodução e concretização da ideologia capitalista dentro das universidades foi o método dialético, o qual foi criado por Marx, ou seja, partiremos de um fato concreto que é a formação universitária, cujo papel é a formação de mão-de-obra especializada em diferentes áreas de trabalho.

Partindo dos pressupostos do método dialético, observar que a pesquisa deve partir do real e do concreto para a abstração compreendendo esse processo como a faculdade de transpor o concreto para o pensamento, e o concreto que é o ponto de partida é também o ponto de chegada da pesquisa. De acordo com Viana:

O materialismo histórico-dialético é um recurso heurístico e uma teoria, é um recurso mental para se analisar a realidade e quando aplicado a uma realidade concreta, torna-se uma teoria, ou seja, expressa e explica esta realidade (VIANA, 2007a, p. 12).

Desta forma, o método dialético parte do concreto para o pensamento, ou seja, para uma teoria para explicar o concreto, sendo assim, tudo gira em torno do real, do concreto, de forma que possibilite a explicação da realidade. Assim como trabalhamos na nossa pesquisa, partiremos de um concreto dado para a teoria tentando explicar tal realidade.

A educação na universidade como aprimoramento de mão-de-obra

Trabalhamos a educação universitária nessa pesquisa como sendo um mecanismo para formação de mão-de-obra, o que é especificamente observável nesse trabalho em questão, com destaque e ênfase no funcionamento da própria universidade como uma “esfera”, a qual reproduz o modo de produção capitalista, a começar pela própria hierarquização dentro de seu funcionamento.

Para dar continuação ao nosso artigo, faz-se necessária uma breve discussão sobre o que vem a ser ideologia. Assim sendo, Marx e Engels fazem uma discussão acerca da mesma, enfatizando que;

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o

intercâmbio material dos homens... não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX e ENGELS, 2007, p. 93-94).

Nesse sentido, a ideologia é a produção de modos de pensar que justifiquem e afirmem vários fatores ocorrentes na sociedade sobre a vida de homens que estão submetidos à alienação em vários sentidos, como por exemplo, a formação de mão-de-obra qualificada. Com isso, o foco e a ênfase se restringem na importância da educação para obtenção de qualificação profissional. Nesse sentido, observa-se que não há interesse por parte dos capitalistas em conscientizar trabalhadores da exploração da sua mão-de-obra. Na verdade simplesmente almejam qualificar e produzir cada vez mais trabalhadores especializados visando integrá-los em vários setores do mercado de trabalho. Isso quer dizer que, tanto as ciências humanas quanto exatas, o interesse é que se reproduzam as ideologias, independente de que área esse trabalhador foi ou será especializado.

Segundo Viana (2007b) quem sistematiza a falsa consciência formando a ideologia, são os ideólogos. Eles são pensadores e idealizadores que criam e enfatizam a ideologia para que a sociedade siga pensamentos que beneficiam o capitalismo, uma vez que, sistematizam a falsa consciência, derivada das representações ilusórias da vida cotidiana. Segundo ele,

A ideologia, então, seria uma falsa representação da realidade, uma falsa consciência. A consciência só pode ser o ser consciente e isso quer dizer que ela não pode ser autônoma, mas tão-somente a manifestação de um ser, que é o ser humano envolvido em determinadas relações sociais e possuindo um determinado modo de vida (VIANA, 2007b, p. 28).

Na realidade está nítida a produção e reprodução da ideologia capitalista dentro das universidades, resultando na maioria das vezes em alienação por parte dos discentes em relação à especialização da mão-de-obra. Observa-se assim, que na unidade universitária é natural vermos a produção e reprodução de ideias que favorecem a manutenção do capitalismo, como por exemplo, a idealização de que uma licenciatura ou bacharelado irá abrir as portas para um bom emprego. Nesse sentido, não se pensa no crescimento intelectual crítico da sociedade, e sim no que poderá favorecer o lucro para si ou para seu empregador sem se dar conta de que está sendo preparado para ser integrado em relações de dominação e exploração.

A partir de ideologias implantadas no meio universitário, vemos que a universidade serve ao capitalismo como uma forma de criar mecanismos para que a sociedade vigente

seja vista e encarada como algo natural, a começar pela competitividade no interior da própria universidade, preocupando em criar e especializar para cada setor que explora a mão-de-obra do trabalhador. O objetivo do ensino universitário é formar bons cidadãos, que aceitem a realidade vivida no capitalismo e que apresentem-se cidadãos com boa qualificação profissional para suprir cargos que o mercado necessita. Nesse sentido, a educação no meio universitário favorece a classe burguesa, uma vez que propicia à mesma, trabalhadores que carregam em si crenças e modos operantes que a satisfaçam.

Assim, quando são necessários guerreiros ou burocratas, a educação é um dos meios de que os homens lançam mão para criar guerreiros ou burocratas. Ela ajuda a pensar tipos de homens. Mais do que isso, ela ajuda a criá-los, através de passar de uns para os outros o saber que os constitui e legitima. Mais ainda, a educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto constroem tipos de sociedades (BRANDÃO, 2004, p. 11).

Assim, tanto discentes quanto docentes ficam inertes de tal modo a esse processo educacional universitário que, grande parte dos mesmos muitas vezes não se dá conta de que produzem e reproduzem ideologias voltadas para atender aos capitalistas. Tais ideologias são designadas como verdades da realidade social voltadas para o controle das classes exploradas e oprimidas.

Nesse sentido, a ideologia seria uma maneira de controle da classe operária, os fazendo comportar de acordo com as verdades absolutas que são criadas nas universidades como sendo verdades únicas a serem seguidas. Podemos citar como exemplo a mentalidade de que só tem bom desempenho na vida profissional aquele que obtém curso superior, ou seja, é como se universidade funcionasse como salvadora da sociedade em que vivemos.

A questão, no entanto, é que na maioria das vezes a universidade está preocupada só em preparar o indivíduo para o mercado de trabalho. Não se preocupa em suscitar no mesmo criticidade sobre como está organizado o modo de produção capitalista. Sendo assim, percebe-se que grande parte das universidades está a serviço do capitalismo, sendo algo evidente na própria forma de organização e da estrutura burocrática da universidade que reproduz os valores capitalistas, tendo como exemplo a própria organização universitária, no sentido de sistema de notas, de bolsas, processos seletivos e tantos outros que beneficiarão aqueles que tiverem melhor desempenho, ou seja, aqueles que possuem um capital cultural acumulado, com condições financeiras melhores, mais elevada, que têm um contato bem

maior com teatro, música clássica entre outros privilégios, que fazem com que tenham um investimento maior no campo educacional do que aquele da classe menos favorecida financeiramente, propiciando maiores chances àquele que já tem um conhecimento educacional maior. Segundo Bourdieu em *A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*;

Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na Universidade que o filho de um assalariado agrícola, e quarenta vezes mais que um filho de operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores aqueles de um jovem de classe média (BOURDIEU, 2007, p. 41).

Ao ver os números que apontam que há uma imensa desigualdade entre as classes sociais em termos educacionais, se tem uma ideia de quão diferente é o investimento dependendo da classe social que esse ou aquele cidadão está inserido, inclusive as instituições educacionais, principalmente a universidade, a qual reproduz as desigualdades sociais existentes - lembrando que desde criança a pessoa já começa sua vida na educação com certa herança cultural, a qual é passada por seus próprios pais, ou seja, aqueles que têm condições financeiras mais elevadas, melhores, tendem a ter mais contato com teatro, música clássica entre outros, o que pra Bourdieu seria o capital cultural.

O saber transformou-se em uma mercadoria, no sentido da reprodução da ideologia capitalista, o qual busca fortalecer o capital. A universidade é uma das interfaces ligadas à sociedade capitalista. Deste modo, a mesma não se desliga do processo de produção capitalista, onde se produz e vende-se em grande competitividade.

Como o ser humano foi acostumado a pensar que é dono dele mesmo e do que adquiriu, o mesmo se vê e se reconhece no que compra e vende. Uma vez que ele é levado a integrar as relações de produção, é constrangido a vender a sua força de trabalho que semelhante ao que pensa se torna também uma mercadoria, no sentido que reproduz o que a ele é passado como algo a se seguir, pensar, comportar etc. Como afirma Oliveira e Almeida (2011, p. 252) quando ressaltam que “o indivíduo limitado e passivo torna-se, ao mesmo tempo, consumidor e mercadoria”, ou seja, de acordo com Bianchetti (1997),

(...) ocorre a “mercantilização do indivíduo” – o que se define como “produto da ampliação da utilização das categorias econômicas na análise social, coloca o homem como uma mercadoria que possui os atributos e possibilidades de quaisquer dos bens produzidos na sociedade! (BIANCHETTI, 1997, p. 111).

A universidade capacita e treina aqueles que trabalham, ou seja, ela especializa as pessoas nessa ou naquela área de trabalho, produzindo desta forma mão-de-obra qualificada, a qual produzirá capital. Assim sendo, a universidade configurada com a educação que oferece, é uma “engrenagem” do capital, um dos meios que o mesmo se utiliza para sua efetivação.

Percebe-se que quanto mais informação e conhecimento o indivíduo tiver, mais apta e permanente será sua jornada no mercado de trabalho. Quanto mais preparado estiver educacionalmente, ou seja, quanto mais qualificada sua mão-de-obra em termo de preparação universitária, “formação superior”, mais cotada será para a permanência no mercado de trabalho. Nesse sentido, a universidade reproduz certa educação no sentido da formação de mão-de-obra qualificada, e é tida como algo indispensável para se manter certo status no mercado de trabalho, onde a classe operária produz o capital.

Considerando os ciclos de produção e mudanças do sistema capitalista no decorrer da história, é notório que o processo educativo também acompanha esta ciclicidade, exigindo um investimento na formação profissional para cada necessidade apontada pela empresa, o que permite instituir a educação como elemento essencial para uma posição no mercado de trabalho (OLIVEIRA e ALMEIDA, 2011, p. 263).

A educação universitária integra o sistema capitalista no âmbito de formar indivíduos passivos, ou seja, cidadãos que não se manifestem contra o sistema capitalista o qual estão inseridos, e que ajam como se a competitividade no mercado de trabalho fosse algo natural, onde aquele que sobressai aos demais é o que se destacou. Dessa forma, a culpa não está no sistema, e sim no indivíduo, é o que a universidade nos leva a pensar. Observa-se, assim, que as universidades estão preocupadas em formar cidadãos que foquem sua atenção na sua relação com a competitividade no mercado de trabalho, daí a necessidade da qualificação e melhoria que os mesmos procuram no ensino universitário, sem questionar os caminhos que a sociedade capitalista o conduz.

Da forma descrita acima, fica claro que na maioria das vezes a educação em âmbito universitário trabalha a serviço do sistema capitalista, dando a entender de que se utiliza de métodos como se fosse uma cartilha, a qual não permite, ou pelo menos, não tem intencionalidade de formar cidadãos que critiquem o modo de produção o qual estão inseridos. Mas pelo contrário, querem formar cidadãos que trabalhem colaborando com o sistema capitalista, criando assim mão-de-obra específica para cada área do conhecimento e

inserindo nos acadêmicos, ideias pertinentes ao modo de produção capitalista, para que os mesmos não o questionem.

Portanto a educação é entendida como uma condição regulada e subordinada às necessidades do capital. Como prática social, atividade humana e histórica, ele se reduz a processos educativos que visam a doutrinar, domesticar, “treinar” homens “aptos” para o desenvolvimento de suas tarefas laborais (OLIVEIRA e ALMEIDA. 2011 p. 266).

Na realidade, a educação, em específico a universidade, tem como objetivo construir, formar e criar sujeitos que pensem e agem a partir das informações que ela dispõe e defende, como por exemplo, seguir o que o capitalismo impõe à sociedade, uma vez que a mesma está a serviço do capitalismo. Assim sendo, ela produz mão-de-obra qualificada e na maioria das vezes tenta implantar nos cidadãos modos de pensar que previnam uma possível ruptura ou rebelião daqueles que são subordinados a esse sistema, tendo como finalidade reforçar as estruturas sociais implantadas no nosso meio, ou seja, afirma os interesses das classes dominantes.

Apesar deste caráter da universidade, percebemos a grande importância e diferenciação quando há no seu interior professores que suscitem em seus alunos criticidade, no sentido de indagar e agir de forma contrária ao modo de pensar tão difundido e instaurado no meio universitário, o qual se preocupa somente em servir ao sistema capitalista. Mesmo sendo tão forte a ideologia que a universidade difunde e fundamenta, existem professores que provocam em seus alunos criticidade sobre o mundo à volta dos mesmos, os fazendo pensar como funciona e a quem serve a universidade.

Sabemos que não há formas homogêneas de pensar, porém a forma de pensamento que critica o sistema universitário, o qual abastece o mercado de trabalho com mão-de-obra qualificada e ideologias que favorecem a tal sistema, é pouco defendida e seguida, pois não existe interesse dos que dominam de formar consciência e criticidade nos dominados. Assim sendo, a universidade como uma das esferas mantenedoras do sistema capitalista, tem como objetivo maior, a conservação da ideologia do mesmo.

Os cidadãos são reflexos do meio em que vivem, assim sendo, os mesmos produzem conhecimentos e formas de agir conforme aquilo que a eles foi apresentado. Desta forma, o conhecimento é aquilo que se pratica no meio social, dessa maneira é perceptível a importância que a educação tem no sentido da formação da criticidade do ser humano, pois possibilita formar profissionais que se comprometam com a transformação social, crítica e

reflexiva do meio em que vivem. Porém, sabe-se que a educação voltada à criticidade da sociedade em que vivemos é pouco trabalhada, uma vez que está bastante concentrada em servir ao modo de produção capitalista, e este não quer que suas ideias sejam desfeitas. Para ele é de total importância a homogeneidade de pensamentos que servem para afirmá-lo.

Da educação espera-se a contribuição de preparação da mão-de-obra, com habilidades homogêneas, como é o caso de saber lidar com as tecnologias da informação, línguas etc. a questão em jogo é a homogeneidade, quando menos diferencialismo melhor (OLIVEIRA e ALMEIDA, 2011, p. 324).

A educação fortalece a ideologia no sentido de legitimar os valores da sociedade vigente. Ela afirma que o que há de existente e importante para classe dominante é algo que se deve seguir. “A pessoa “educada” é a que pensa conforme os padrões da sociedade, que foi moldada de acordo com ela, que recebeu e aceitou seus valores” (ROSSI, 1980, p. 23).

Nota-se grande empenho na formação e qualificação dos indivíduos para um melhor aprimoramento na mão-de-obra. Neste sentido, a universidade na maioria das vezes se mostra reprodutora das relações sociais capitalistas, integrando o modo de produção capitalista na medida em que ela forma a mão de obra que será absolvida nas linhas de produção.

No próprio interior da universidade há vários elementos que apontam e deixam perceptível, um funcionamento impregnado do sistema capitalista. Podemos perceber através do sistema que a mesma utiliza como a hierarquização de cargos, dominação e controle dos alunos através de diários, notas, avaliações e etc. Desta maneira, fica bem claro e menos complexo pensarmos a universidade como formadora e afirmadora de conceitos que enfatizam o capitalismo como algo natural que sempre existiu e que sempre vai existir.

Analisando a forma como nos é posta o sentido da educação, percebemos que na sociedade em que vivemos é disseminada a ideologia de que o indivíduo que obteve êxito nesse ou naquele meio em que trabalha, ou melhor, meio em que sua mão de obra é explorada, chegou a tal posição profissional por mérito próprio, ou seja, ele está onde está porque estudou, é conquista individual pelo esforço que o mesmo teve nos estudos que executou, ou seja, disputa de melhores notas entre alunos, de títulos entre professores, com intuito de demonstrar que está mais bem preparado para essa ou aquela disciplina.

Vê-se que a função ideológica do capitalismo se encaixa formidavelmente no sentido da educação salvadora, aquela que forma cidadãos para o mercado de trabalho, os

fazendo ter outra forma de percepção do verdadeiro sentido da sua formação, que é a formação de mão-de-obra qualificada.

Na verdade percebe-se cada vez mais na cotidianidade a força da ideologia na educação, preparando indivíduos para que aceitem a exploração de sua própria mão-de-obra sem questionar o sistema o qual estão inseridos. Nesse sentido Rossi (1980) enfatiza que tanto no campo concreto das relações de produção, quanto na área ideológica, a educação pode ser um importante instrumento das classes dominantes, em sua luta permanente pela manutenção sobre as demais classes.

Conclusão

Quando propomos o objetivo de entender como a questão da alienação educacional funciona, formando cada vez mais mão-de-obra específica para vários setores empregatícios na sociedade em que vivemos, dando a falsa impressão de satisfação profissional, que foi criada pela alienação universitária, percebemos nitidamente quão grande é o papel da universidade para favorecer o lucro. Lucro que é propiciado para o sistema capitalista, fazendo com que o mesmo funcione e se mantenha mais e mais fortificado, uma vez que é introduzido em grande parte daqueles que estão de uma forma ou outra, inerentes nesse sistema; o qual busca mais e mais se estruturar através de suas ideologias fantasiosas de um inexistente bem estar por parte dos que dispõem de mão-de-obra qualificada.

É importante salientar que tudo que foi descrito acima, se deu com a ajuda ideológica fortemente implantada na sociedade pela universidade, a qual introduz em muitas mentes o pensamento de que a educação serve para certo bem estar e êxito profissional, distorcendo a realidade na qual vivemos.

Por fim, a universidade é parte integrante do modo de produção capitalista, que dissemina, fortifica e mantém a mão-de-obra para esse sistema, sendo uma formadora de força de trabalho para cada área específica, se tornando cada vez mais influente sobre aqueles que a ela buscam um dado conhecimento, uma vez que a mesma tem poder de distorcer a realidade daquele que a ela procura para obtenção de um certo saber, o qual muitas vezes não lhe é passado com um potencial de criticidade.

A universidade reproduz somente aquilo que o sistema capitalista tem interesse em manter, que é a fortificação de seu sistema, o que é introduzido pela mesma na maioria das vezes. No entanto, há exceções. Existem professores que introduzem em seus alunos

criticidade ao pensar, como indagar o funcionamento da sociedade contemporânea. Porém, o pensamento e atitude que ainda reinam na sociedade vigente são o da fortificação do sistema capitalista, porque esse é o que interessa aos capitalistas, os quais detêm o poder e não tem interesse de perder o mesmo.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. FERNANDES, Sônia Regina Souza. BIANCHETTI, R.G. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1997.

BRANDÃO, Carlos R. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATONI, Afrânio. *Escritos de educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Silvia Andréia Zanelato de Pieri. ALMEIDA, Maria de Lourdes pinto de. Educação para o mercado de trabalho: Impasses e contradições. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. FERNANDES, Sônia Regina Souza. (Orgs.). *Políticas, Educação e Processos pedagógicos contemporâneos no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de letras, 2011.

ROSSI, Wagner Gonçalves. *Capitalismo e Educação*. 2ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

VIANA, Nildo. *A consciência da História: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. Editora achiamé, Rio de Janeiro. 2ª edição revista, 2007a.

_____. *Escritos Metodológicos de Marx*. Goiânia: Alternativa, 2007b.

_____. *Introdução à Sociologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Contribuição de Bourdieu para a análise do maio de 1968 na França

André Melo*

Introdução

Os eventos que marcaram o maio de 1968 tiveram grande repercussão na sociedade moderna. Um movimento que ocorreu com algumas semelhanças na Europa Ocidental, na América do Norte e a América Latina (GROPPO, 2000) teve características próprias que o tornaram diferentes dos outros movimentos sociais que tinham ocorrido até então. Desde o século XIX quando o capitalismo se consolidou também se consolidou o confronto das duas classes fundamentais nessa sociedade, a burguesia e o proletariado. É muito rica a literatura que debate o movimento dos trabalhadores, onde destacamos a Comuna de Paris de 1871 (MARX, 2011) quando os operários tomaram as armas para defender Paris contra os invasores alemães e iniciaram uma revolução na cidade até a Revolução Russa de 1917 (TRAGTENBERG, 2007) no qual o proletariado tomou o poder destituindo a monarquia e instaurando um Estado Socialista.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, nos países centrais da Europa, surge uma nova forma de organização da sociedade. Naqueles Estados surge o que comumente se denomina Estado de bem estar social que se caracterizava por uma política de garantias para a classe trabalhadora, baseado no aumento do consumo e da integração da classe trabalhadora na sociedade de consumo, uma organização e regulamentação do trabalho baseado no acordo entre o capital, os sindicatos e o Estado (HARVEY, 2000). Além da própria expansão dos serviços prestados pelo Estado, como saúde, educação. Dentre estas mudanças temos o crescente aumento do número de alunos na escola. Esta tradicionalmente é destinada para as elites, assim como as universidades, assistem uma grande expansão a partir do fim da Segunda Guerra (GROPPO, 2000).

Este movimento de crescimento econômico começou a entrar em crise no fim dos anos de 1960 (HARVEY, 2000). Neste ponto chegamos aos movimentos de 1968, que se caracterizaram por uma grande presença de jovens (GROPPO, 2001) e o movimento tendo se iniciado na França dentro das universidades (BOURDIEU, 2014). Este movimento iniciou-se na universidade e chegou às ruas, transformando-se numa revolta geral que abalou

* Graduado em história pela UFG, especialista em ciência política pela UEG, mestre em sociologia pela UFG e doutorando em sociologia pela UFG e professor do IFG campus Uruaçu.

as bases da sociedade francesa. Como que os estudantes e não a classe operária iniciou e tomou a frente do movimento? Que mudanças ocorreram no sistema de ensino que proporcionou aos estudantes organizarem tamanha revolta?

Para explicar estas e outras perguntas recorreremos aos estudos que Bourdieu realizou sobre a educação e, mais especificamente sobre o sistema educacional francês. Para Bourdieu (2003b) o sistema de ensino, ao contrário do que pensavam os idealistas sobre a educação, através de um mecanismo complexo de relações, reproduz as relações vigentes na sociedade. As regras que existem dentro deste sistema favorecem os que têm mais “capital cultural”, ou seja, favorece os filhos de burgueses, apesar do discurso de que todos têm direitos iguais no que concede ao ensino e os que obtêm melhores resultados é por causa dos “dons” que os torna diferentes.

Partiremos de uma explicação geral sobre as teorias de Bourdieu sobre a educação, para depois analisarmos os eventos que marcaram o maio de 1968 na França. A partir disso poderemos perceber as contribuições que as suas análises nos dão para compreender este evento, mas também as disputas no campo acadêmico e suas implicações na sociedade.

Conceitos de Bourdieu Sobre Educação

Pierre Bourdieu teve uma produção que é bastante relevante na sociologia contemporânea, sua obra, como o mesmo diz (BONNEVITZ, 2003) tenta fazer uma síntese entre os clássicos da sociologia Marx, Weber e Durkheim e, partir destes busca construir novos conceitos que possam explicar os mecanismos de funcionamento da sociedade moderna. Conceitos como poder simbólico, campo, habitus são fundamentais para compreender a sua sociologia.

Como Marx, Bourdieu vê a sociedade dividida em classes sociais e, dentro desta divisão existe a hegemonia de uma classe, a burguesia. Esta exerce seu poder não de forma direta, os mecanismos de dominação são sutis e aos olhos dos dominados não são vistos como um poder. Segundo Bourdieu, o denominado poder simbólico que:

Como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2005b, p.14).

Este mecanismo faz com que as classes dominadas não percebam os mecanismos e a própria dominação, como o autor define é um poder subordinado, irreconhecível e legitimado de dominação.

Para que este poder seja exercido se faz necessário que os indivíduos sejam preparados para se sujeitar às regras da sociedade. Durkheim (1978) acreditava que o indivíduo tinha pouca importância diante do que ele denominava fato social que era exterior e coercitivo sendo este o objeto da sociologia. Bourdieu amplia esta perspectiva com o conceito de habitus, pois o indivíduo saiba ou não, queira ou não (ORTIZ, 2013) ou seja, o conjunto das normas, dos comportamentos, das ações dos indivíduos são orientadas pelo habitus sem que tenham consciência disso. Para Bourdieu o habitus pode ser definido:

Considerando o habitus como sistema subjetivo, mas não individual, estruturas interiorizadas, esquemas e percepção, de concepção e ação, comuns a todos os membros do mesmo grupo ou classe e constituintes de toda objetivação e percepção, baseamos a articulação objetiva das práticas e a unicidade da visão do mundo na impessoalidade e substituíbilidade perfeita das práticas e das visões singulares (2005b, p. 71).

Assim o habitus é produto do trabalho de inculcação e de apropriação (BOURDEU, 2005b, p.70) que são necessários para que uma sociedade possa existir e se reproduzir. Este conceito também leva em consideração os diferentes habitus dentro de uma sociedade, neste caso as classes sociais desenvolvem formas particulares de hábitos que a caracterizam. Desta forma, um operário não tem a mesma educação que um burguês. Existirá uma distinção entre a cultura erudita, geralmente associada às elites, e a cultura popular, tida como uma cultura inferior.

Neste ponto chegamos aos estudos que Bourdieu se dedicou à educação. Em nossa sociedade a educação é vista como uma prática que promove a emancipação humana. Segundo esta perspectiva a aquisição de conhecimentos é o caminho para que o indivíduo alcance sua maioridade. Consequentemente dentro da educação surgiram teorias que enxergavam na educação um espaço para não só desenvolver o indivíduo, como também um espaço em que indivíduos oriundos das classes exploradas podem ascender socialmente.

Bourdieu ao analisar o sistema de ensino francês começou a perceber que a educação, ao contrário do que se imaginava, se prestava mais à reprodução do sistema e, que os indivíduos que conseguiam a ascensão social pela via da educação era uma exceção, e não uma regra. Além do fato de que estes poucos que conseguiam, por motivos individuais, acabavam por legitimar o sistema.

Segundo Bourdieu:

A mobilidade controlada de uma categoria limitada de indivíduos cuidadosamente selecionados e modificados pela e para a ascensão individual, não é incompatível com a permanência estrutural podendo até mesmo contribuir, através da única modalidade concebível em sociedades que se pretendem democráticas, para a estabilidade social e, por esta via, para a perpetuação da estrutura de relações de classe (BOURDIEU, 2005a, p. 296).

O sistema de ensino é supostamente baseado na igualdade de oportunidades. Na França do pós-guerra o ensino público foi ampliado, o que possibilitou o acesso a filhos de operários, camponeses, que antes tinham um acesso limitado ao ensino. Porém este sistema opera por uma lógica própria, que favorece os indivíduos com posse de capital cultural. A posse deste capital se inicia na educação familiar, na qual os filhos de empresários, grandes comerciantes, banqueiros têm desde a infância o habitus como o de frequentar museus, ir ao teatro, adquirir livros, mecanismos que vão favorecer sua permanência no meio escolar, bem como explicam o seu sucesso. Já os filhos de operários e camponeses, devido ao pouco ou nenhum contato com museus, teatros e livros, tem dificuldade de lidar com a cultura erudita, logo isso determina o seu fracasso escolar. Muitos assimilam este fracasso por não ter o “dom” (BOURDIEU, 2013b). Esta ideologia do “dom” faz com que muitos assimilem o fracasso escolar como algo natural. Ao mesmo tempo, apenas alguns poucos indivíduos das classes baixas que conseguem o sucesso no sistema de ensino, isto é creditado ao mesmo ter o “dom”, o que legitima o sistema, mesmo com suas injustiças.

Outro conceito fundamental de Bourdieu que nos auxilia a entender a sociedade moderna é a noção de campo:

Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (sitos) atual e potencial na estrutura de distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.). Nas sociedades altamente diferenciadas, o cosmos social é constituído do conjunto destes microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irredutíveis às que regem os outros campos. Por exemplo, o campo artístico, o campo religioso ou o campo econômico obedecem lógicas diferentes (BOURDIEU apud BONNEVITZ, 2003, p. 60).

O campo é um espaço de luta entre campos e, internamente dentro do campo, esta luta ocorre pela posse de diversos tipos de capital, cultural, econômico, simbólico. O campo científico, como todo campo é um espaço de luta e, o que está em luta no campo científico é o monopólio da autoridade científica, capacidade técnica e poder social e a competência científica, capacidade de falar e agir legitimamente (BOURDIEU 2013a, p. 112). Dentro do campo científico, as várias áreas do conhecimento estão em luta pelo monopólio, pela capacidade de seus conceitos serem reconhecidos socialmente como relevantes. Dentro desta disputa algumas áreas tem um prestígio maior e são vistas como mais relevantes para o conjunto da sociedade, enquanto outras são menos valorizadas, a disputa é por este prestígio. Paralelamente a esta disputa entre áreas do conhecimento, existe a disputa da competência científica, neste caso a disputa ocorre dentro da área de conhecimento, por exemplo, dentro da sociologia qual corrente se mostra mais adequada para explicar a realidade, o marxismo, o positivismo, etc. E os indivíduos que defendem a teoria x lutam contra os que defendem a teoria y, o vencedor desfruta o prestígio perante a sociedade.

Contudo essa luta que ocorre entre indivíduos dominantes, que lutam entre si e contra outros que são aspirantes a hegemonia do campo, visto que o campo científico:

É o lugar de uma luta mais ou menos desigual entre agentes desigualmente dotados de capital específico e, portanto, desigualmente capazes de se apropriar do produto do trabalho científico que o conjunto dos concorrentes produz mediante a sua colaboração objetiva ao colocarem em ação o conjunto dos meios disponíveis de produção científica (BOURDIEU, 2013a, p. 126).

Logicamente os indivíduos dominantes no campo, se utilizam de estratégias para conservar o seu poder, por sua vez os aspirantes buscam estratégias para transformar o campo. Isso vai ter uma grande importância nos eventos que antecederam o maio de 1968, visto que a expansão do ensino superior na França consagrava o prestígio aos colégios que tinham uma seleção mais rigorosa, enquanto que as universidades detinham menor prestígio.

A Universidade na França

As universidades surgiram no final da idade média com a finalidade de serem centros de produção de conhecimento, e com relativa autonomia em relação ao Estado (GROPPO, 2001). Desta forma a universidade se destinava a formar os melhores, os filhos da elite, estruturada com valores hierárquicos, numa organização onde os professores tinham a hegemonia do conhecimento e da organização. Para Bourdieu (2005a), esta estrutura

favorecia aos estudantes que tinham maior capital cultural e capacidade para investir no “campo”, ou seja, na carreira acadêmica.

Ocorre que após a segunda guerra, o sistema francês de ensino sofre uma grande expansão, com a entrada na universidade tanto de alunos como professores que se originavam de classes inferiores que não dispunham de tantos recursos para disputar o jogo acadêmico. Estes aspirantes, não dispunham do prestígio que detinham os professores tradicionais. Estes por sua vez, estavam empenhados na reprodução do campo.

Nos anos de 1960, temos o que podemos dizer uma crise do campo universitário:

O aumento da população dos estudantes e o crescimento correlato da popularização dos professores têm modificado profundamente as relações de força no interior do campo universitário e no interior de cada faculdade, principalmente as relações entre os graus e entre as disciplinas, também elas desigualmente atingidas pelas transformações das relações hierárquicas; isso a despeito de todas as ações objetivamente orquestradas (sem ser intencionalmente preparadas) pelas quais os professores tentam assegurar a defesa do campo (BOURDIEU 2013a, p. 58).

De um local destinado à formação das elites, a universidade enfrentava uma crise gerada pela entrada em grande número de indivíduos oriundos de outras classes. Isso também colocava em xeque o papel da alta cultura ensinada nas universidades, visto que a universidade para as massas deve ensinar a alta cultura ou, uma cultura média com conhecimentos voltados para a formação de uma mão de obra qualificava voltada para o desenvolvimento industrial.

A estrutura tradicional da universidade também tinha seus mecanismos de seleção. Na França os colégios têm mais prestígio que as universidades, para entrar nos primeiros é preciso passar por um sistema de seleção que inclui, dentre outros mecanismos, a indicação. Desta forma, se criam mecanismos no qual o corpo docente tem um maior controle sobre o processo com vistas a garantir a entrada de indivíduos que coadunam com as ideias e práticas do campo, isso Bourdieu (2013a) denomina como nepotismo.

Junto com as práticas tradicionais de exclusão, temos o conflito entre as faculdades. Bourdieu (2013a) coloca que as faculdades mais tradicionais, com seu corpo docente que ministravam os cursos mais tradicionais entraram em confronto com os novos cursos, principalmente o das ciências humanas que se organiza como oposição principal ao poder estabelecido. Estes cursos “novos” dentre os quais a sociologia (BOURDIEU, 2013a) não desfrutaram de um prestígio dentro da universidade e perante a sociedade como os cursos

tradicionais, visto que têm menos oportunidades dentro da universidade e poucas possibilidades no mercado profissional.

A disputa dentro do campo universitário vai além da questão acadêmica, pois:

Frequentemente inclinados à indiferença política daqueles para quem a ordem social vai muito bem e poucos instigados pela incongruência das manifestações públicas, os professores de medicina, exceto os fundamentalistas, situam-se quase todos no centro ou à direita. Quanto aos professores de direito, mais fortemente investidos na política que os professores de medicina, mas sem dúvida menos maciçamente concentrados à direita, estão mais inclinados a tomar posição publicamente sobre os problemas políticos, sobretudo talvez quando pertencem à minoria esquerda (BOURDIEU, 2013a, p. 100).

Na universidade se mostra a divisão existente na sociedade. De um lado os cursos mais tradicionais, como medicina e direito, que destinado a alunos oriundos das elites tendem a serem conservadores tanto na questão acadêmica quanto na questão política. De outro lado, os novos cursos que são menos prestigiados e destinados aos alunos das classes mais baixas da sociedade. Além do menor prestígio acadêmico, profissionalmente estes cursos têm uma remuneração menor e conseqüentemente menos possibilidades de ascensão social pela via da educação.

Crise universitária que se transforma em crise geral, ela questiona as condições da extensão diferencial da crise no centro do campo universitário e fora dele: para explicar que uma crise do modo de reprodução (na sua dimensão escolar) possa ter estado no princípio de uma crise geral, é preciso, sabendo-se da contribuição cada vez mais importante que o sistema de ensino traz a reprodução social e que faz dela uma aposta cada vez mais disputada das lutas sociais, propor um modelo que permita prestar conta do efeitos sociais que ele produziu, sendo o efeito mais surpreendente a desclassificação estrutural, geradora de uma espécie de disposição coletiva à revolta (BOURDIEU, 2013a, p. 209-210).

Estes foram em linhas gerais os elementos que Bourdieu analisou no campo acadêmico, assim ele mostrou que as contradições e disputas que existiam no campo refletiam as disputas entre as classes na sociedade.

O maio de 1968

Segundo Bourdieu (2013a) as universidades na França sofreram uma grande expansão. Segundo Groppo (2001) em 1956 havia 207 mil universitários na França e, em 1967 este número passou para 505 mil, um aumento substancial. Em decorrência das

políticas sociais implementadas pelo Estado, indivíduos oriundos de classes mais baixas tiveram acesso ao ensino superior. Contudo, estes esbarravam na estrutura rígida da universidade, que lhes disponibilizava cursos de menor prestígio e de piores oportunidades de realização profissional. Ao mesmo tempo entravam em confronto com os professores, visto que estes tinham uma visão elitista da universidade, na qual os alunos com capital cultural inferior não teriam muito sucesso na sua carreira na academia.

Junto com os problemas do campo acadêmico, temos as questões que assolavam a sociedade francesa no fim dos anos de 1960. Segundo Groppo:

Em maio de 1968, também, houve uma síntese dramática de recentes questões nacionais francesas: a ascensão do General de Gaulle em 1958, da qual o poder executivo pareceu sair exageradamente fortalecido em torno de um regime personalista; a traumática solução das questões coloniais francesas, com o fim da Guerra da Argélia e uma passiva posição em relação ao início da Guerra do Vietnã; o avanço do outro bastião do poder político e social na França, o Partido Comunista Francês (PCF), que preparava junto às demais forças de esquerda tradicional a conquista do poder nas eleições de 1972. Maio de 1968 vinha dar cabo de uma situação política que parecia estagnada: um imenso vazio entre os extremos do gaullismo e o poderoso PCF, duas máquinas políticas burocráticas nas quais, como dariam a entender os jovens em 1968, pareciam girar em falso as propostas da verdadeira renovação social. Foi um encontro tragicômico entre velhos e novos personagens da política francesa: De Gaulle, o PCF, as centrais sindicais, a classe operária organizada, os jovens trabalhadores, diversas categorias de trabalhadores, estudantes universitários e secundaristas e novas esquerdas (GROPPO, 2001, p. 519).

Os eventos que culminaram com os protestos nas ruas se iniciaram nas universidades. A revolta dos estudantes contra a estrutura rígida da universidade, ganhou contornos maiores quando chegou às ruas. Para entendermos esta crise se faz necessário explicar como que estas ocorrem dentro do capitalismo e, que mudanças estas crises provocam no sistema e como que refletem na sociedade.

Ao se analisar a história do capitalismo, vemos que ele teve diferentes fases, estas fases são caracterizadas por regimes de acumulação, que segundo Viana (2009) se define por uma forma de organização do trabalho, uma forma de organização estatal e uma forma de exploração internacional. O regime de acumulação é definido pela dinâmica da luta de classes e, é esta luta que provoca as crises que abrem possibilidades de contestação e forçam os capitalistas a reorganizar a sociedade. Em 1968, conforme analisaram em suas obras, Viana (2009) e Harvey (2000) viram um momento de crise do regime de acumulação vigente, a regulamentação do trabalho no fordismo, o estado de bem estar não estavam mais

em condição de garantir a estabilidade da ordem social. As demandas dos trabalhadores por melhores salários, dos estudantes pela democratização do acesso à universidade, bem como do outro lado a pressão dos capitalistas e das elites por manter seus privilégios, eclodiu no maio de 1968. É importante salientar que estes movimentos não se restringiram à França, ocorreram na Europa ocidental, na América do norte e Latina (GROPPO, 2006).

A crise econômica vinha acompanhada da crise política, principalmente quando falamos das esquerdas tradicionais, que engessadas pelo burocratismo dos partidos comunistas, não viam perspectiva nessa via política. A URSS segundo Tragtenberg (2006) tinha se transformado em um capitalismo de estado, no qual a burocracia partidária dirigia o país com mão de ferro. Este “socialismo” que era defendido pelos partidos comunistas, que se tornou objeto de crítica no ocidente, visto que não representava mais os anseios da esquerda. Na Europa, o sintoma mais visível desta desilusão, foi a tomada por parte dos estudantes de posições anarquistas (BOURDIEU 2013a). O anarquismo representava ao mesmo tempo uma recusa da sociedade capitalista como do “socialismo” vigente na URSS. Durante os protestos de 1968, ficava evidente a oposição entre os estudantes, de tendência mais radical, e os partidos e sindicatos de tendência mais moderada (SOLIDITARY, 2008).

A esquerda tradicional não apresentava mais um projeto de futuro, visto que grande parte dos estudantes rejeitaram suas bandeiras, junto os problemas do sistema de ensino somados a uma crise do capitalismo que se tornava cada vez mais real, culminou com os eventos do maio de 1968 no qual as bases da sociedade capitalista foram questionadas.

Considerações finais

Ao analisar os eventos que culminaram com o maio de 1968, nos deparamos com o papel desempenhado por jovens e estudantes no movimento. Tradicionalmente a classe operária que liderava estes movimentos, contudo no pós-segunda guerra essa se encontrava dominada por uma burocracia sindical que tinha abandonado a perspectiva de revolução por uma política de estabilidade de empregos e salários nos países desenvolvidos (BIHR, 2012).

Ao mesmo tempo o sistema de ensino sofre uma grande expansão, sem, contudo alterar as suas bases e os seus objetivos, a reprodução das relações sociais. Desta forma mais estudantes oriundos de classes mais desfavorecidas chegavam à universidade e lá se deparavam com um sistema organizado que favorecia às elites, na qual a pretensa mobilidade social prometida, era um funil no qual poucos indivíduos conseguiam passar, e que para a

maioria o caminho era manter a sua condição de classe, e as profissões mais prestigiadas eram destinadas ao alunos com mais capital cultural.

Bourdieu dedicou boa parte de sua obra ao estudo do sistema de educação. Desde sua obra *Os herdeiros* de 1964, passando pela *Reprodução* de 1970 e *Homo Acadêmicus* de 1984, forneceu uma importante análise do funcionamento do sistema de ensino e de sua finalidade, na sociedade francesa. Em decorrência destas análises Bourdieu teve uma grande contribuição para compreendermos como que os estudantes formaram a categoria catalisadora do maio de 1968. Visto que a universidade com suas estruturas tradicionais, conforme define Groppo (2006), estruturas medievais, entravam em conflito com estudantes que devido a sua condição de classe não tinham muito que esperar do sistema de ensino. Isto estimulou a estudantes e professores que tinham uma posição inferior no campo acadêmico a lutar contra as estruturas da academia.

Segundo Bourdieu:

Não são, como se acredita comumente, os posicionamentos políticos que determinam os posicionamentos sobre as coisas universitárias, mas as posições no campo universitário que orientam os posicionamentos sobre a política em geral e sobre os problemas universitários; ficando entendido que a parcela de autonomia que é atribuída apesar de tudo ao princípio propriamente político de produção das opiniões varia segundo o grau com que interesses associados à posição no campo universitário são atingidos ou, tratando-se de dominantes, ameaçados (2013a, p. 295).

As análises de Bourdieu focam na questão da disputa dentro do campo acadêmico e como estas disputas se refletiram na sociedade francesa. Autores como Foucault e Derrida, que foram os líderes dos movimentos, se tornaram nos anos seguintes prestigiados na academia (BOURDIEU, 2013a). Porém o movimento não se limitou à universidade e chegou a uma revolta generalizada da sociedade onde a crise do Estado de Bem Estar se tornava real. Neste ponto está grande limitação de Bourdieu ao analisar os eventos do maio de 1968 focando na questão da universidade. O movimento foi liderado por estudantes, mas o que refletia não era só uma questão interna. Para além da universidade estava a crise que o capitalismo passava no momento que refletia na sociedade. Viana (2009) coloca que após a crise do fim dos anos 1960 a saída para o capital foi a implementação de um novo regime de acumulação, o integral.

Referências bibliográficas

BIHR, A. *Da Grande Noite à Alternativa. O Movimento Operário Europeu em Crise*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BONNEVITZ, P. *Primeiras Lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005a.

_____. *Os Herdeiros: Os Estudantes e a Cultura*. Florianópolis, SC: Editora UFSC, 2014.

_____. *Homo Acadêmicus*. Florianópolis, SC: Editora UFSC, 2013a.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.

_____. *A Reprodução*. Rio de Janeiro: Vozes 2013b.

DURKHEIM, E. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

GROPPO, L.A.. *Autogestão, Universidade e Movimento Estudantil*. São Paulo: Autores Associados, 2006.

_____. *Uma Onda Mundial de Revoltas: Movimentos Estudantis nos anos 1960*. 2001. 559 f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, SP. 2001.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 2000.

MARX, K. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ORTIZ, R. *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho D'Água, 2013.

SOLIDITARY. *Paris Maio de 1968*. São Paulo: Conrad Editora, 2008.

TRAGTENBERG, M. *Reflexões Sobre o Socialismo*. São Paulo: Unesp, 2006.

_____. *A Revolução Russa*. São Paulo: Unesp, 2007.

VIANA, N. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2009.

Uma Crítica ao Behaviorismo de Sidney Bijou:

O (des) favor que a psicologia pode fazer à educação

Edinei Vasco¹

Introdução

A moderna psicologia acadêmica e instrumental é, em elevado grau, uma ciência que trata de homens alienados, é estudada por investigadores alienados, usando métodos alienados e alienantes.

Erich Fromm

O presente texto tem como metodologia o resultado de leituras e reflexões sistematizadas a partir de referências bibliográficas a respeito – ou que aludem – à temática aqui abordada. É uma breve análise que se propõe a desenvolver uma perspectiva distinta, assim como ampliar as já diversas existentes sobre o tema. Espera-se levantar questionamentos e debates acerca da problemática questão sobre o que a psicologia moderna tem a oferecer à educação.

Em um primeiro momento, essa análise descreverá, de maneira breve, as abordagens e concepções sobre a *Psicologia Escolar* a partir do artigo intitulado *O que a Psicologia tem a oferecer à educação – Agora!*, de autoria do psicólogo norte-americano Sidney Bijou². E assim, em um segundo momento, e tendo como ponto de partida o que consideramos as suas limitações teóricas, argumentativas e epistemológicas, será desenvolvida uma crítica destas concepções psicológicas, tentando compreender, dentro de uma lógica e totalidade concretas, quais são as reais ofertas (valores e interesses) da psicologia escolar.

O Que a Psicologia tem a Oferecer à Educação?

Sidney W. Bijou (1908-2009), foi professor e pesquisador na Universidade de Washington, sendo considerado um dos grandes pioneiros nas áreas de estudos da criança e na investigação acerca do desenvolvimento psicológico a partir de um referencial compatível

¹Mestrando em Educação, Linguagem e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás (MIELT/UEG). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Católica de Anápolis.

²*What psychology has to offer education – now*. Artigo originalmente publicado em 1970 no *Journal of Applied Behavior Analysis*, 3, 65-71, que autorizou a publicação da tradução (Copyright 1970 by the Society for the Experimental Analysis of Behavior, Inc). Tradução realizada por Maria Ester Rodrigues (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), Paulo Sérgio Teixeira do Prado (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), e Estêvão Gonçalves Bittar (Universidade Federal de Uberlândia). Revisor da tradução: Deisy das Graças de Souza.

com a análise do comportamento. Teve contato com os estudos de John Watson – considerado o fundador do Behaviorismo – e sendo também influenciado posteriormente pelas ideias de Skinner a respeito da importância da análise funcional do comportamento individual (GEHM, 2013).

Em seu artigo – *O que a Psicologia tem a oferecer à educação - Agora!* –, Bijou é enfático, desde o início do texto, em relação à divergência que existe entre os psicólogos quanto às concepções, o objeto de estudo e, principalmente, o objetivo de sua disciplina. Segundo ele:

Alguns dizem que seu objeto de estudo é o âmbito da mente, outros, que é a interação observável do comportamento de um indivíduo com eventos ambientais. Quando surge a questão dos objetivos da psicologia, alguns alegam que eles devem ser a compreensão e a explicação do fenômeno psicológico, outros, a predição e o controle do comportamento. Psicólogos também diferem notavelmente em suas escolhas de metodologia de pesquisa, com um segmento valorizando os delineamentos estatísticos que comparam desempenhos de grupos, enquanto outros enfatizam mudanças no comportamento de um organismo individual (BIJOU, 2006, p. 288).

Para Bijou, a resposta à questão sobre *o que a psicologia tem a oferecer à educação* depende praticamente da orientação particular do indivíduo a quem tal questão é dirigida, já que os psicólogos variam muito em suas abordagens. Nesse sentido e a despeito dessas multiplicidades de variações individuais, o autor faz referências a três abordagens básicas sobre a questão do que a psicologia tem a oferecer à educação. As abordagens para ele seriam divididas entre aquela adotada pela *grande maioria*, outra pela *ampla minoria* e aquela da *pequena minoria*.

Para o Bijou, os conceitos e princípios dessa *grande maioria* derivam não somente da psicologia, mas também da sociologia, da antropologia e da fisiologia. Eles evoluíram a partir de muitas teorias, sobretudo das teorias psicanalíticas, cognitivas e de aprendizagem. Tais conceitos se estabeleceram com base em achados provenientes de muitos métodos de pesquisa, como o experimental, o correlacional, o clínico e a observação de campo ou ecológica. Assim, segundo Bijou, muitos dos conceitos e princípios não estão enraizados em dados brutos objetivamente definidos, nem são sistematicamente relacionados uns com os outros, pois, aqueles com esta orientação são ecléticos a respeito de um método de pesquisa. Desta forma, o discurso da *grande maioria* sobre o que a psicologia atualmente oferece à educação seria:

Nós temos a oferecer uma coleção impressionante de fatos acerca das habilidades da criança, seu crescimento e desenvolvimento; podemos

oferecer uma ampla literatura sobre a análise de estímulos, sobre a psicologia da aprendizagem simples e complexa e sobre a percepção; podemos oferecer um considerável corpo de conhecimentos em mensuração, construção de testes e procedimentos estatísticos para o estudo experimental de grupos; e podemos oferecer algumas teorias promissoras de inteligência, socialização, personalidade, desenvolvimento e psicopatologia (BIJOU, 2006, p. 288).

Já na abordagem da *ampla minoria*, conforme Sidney Bijou, há divisões em Subgrupos que tentam relacionar seus conceitos e princípios de modo sistemático. Porém, os conceitos e princípios desenvolvidos por um grupo não estão em sincronia com aqueles desenvolvidos pelos outros, sobretudo porque os sistematizadores não ancoram todos os seus termos em dados objetivamente verificáveis e, assim, uma vez que variáveis e processos hipotéticos são centrais para as teorias desse grupo, educadores que aderem a esta abordagem tendem a atribuir as falhas da escola a presumíveis condições internas (do aluno), tais como falta de motivação, distúrbios perceptuais ou danos cerebrais clinicamente inferidos. Nesse caso, o discurso da *ampla minoria* sobre o que a psicologia tem a oferecer à educação seria assim sintetizado:

Podemos oferecer algumas ideias sobre a natureza da criança; podemos apresentar firmes convicções sobre os estágios de desenvolvimento cognitivo e intelectual; e podemos oferecer formulações teóricas sobre percepção, aprendizagem, a vontade de aprender e os mecanismos gerais de enfrentamento e defesa. Podemos também oferecer uma filosofia da ciência que postula que o comportamento é determinado tanto por variáveis observáveis quanto por variáveis internas hipotéticas (BIJOU, 2006, p. 289).

Sidney Bijou descreve, de forma extremamente concisa, o que ele considera ser as argumentações da abordagem da *grande maioria* e também da *ampla minoria*, e destaca longamente a terceira abordagem: a da *pequena minoria*. Ele afirma que diante de um campo da psicologia dividido com base no que ela tem a oferecer à educação, teria que discorrer, de forma mais precisa, sobre a oferta do último grupo de psicólogos – o grupo da análise do comportamento – enfatizando o que ele acredita ser a promessa desta abordagem, a sua influência no papel dos psicólogos escolares e o que os educadores podem fazer ao escolher seguir as diretrizes oferecidas por esse grupo. De acordo com Bijou, este é o discurso da *pequena minoria* a respeito do que a psicologia atualmente pode oferecer à educação:

Podemos oferecer um conjunto de conceitos e princípios derivados exclusivamente da pesquisa experimental; podemos oferecer uma metodologia para a aplicação desses conceitos e princípios diretamente às

práticas de ensino; podemos oferecer um delineamento de pesquisa que lida com mudanças em crianças individuais (ao invés de inferi-las de médias grupais); e podemos oferecer uma filosofia da ciência que insiste em explicações objetivas acerca das relações entre o comportamento individual e suas condições determinantes (BIJOU, 2006, p. 299).

Conforme o autor, a aplicação de princípios comportamentais à educação poderia mudar o papel do professor, que poderia se tornar um hábil gerenciador de contingências de reforçamento e um eficiente programador de ensino, assim como a aplicação desses princípios poderia mudar também o papel do psicólogo escolar: ele se tornaria um especialista em tecnologia comportamental de ensino e, como tal, colaboraria com professores de pré-escola e de primeira série para prevenir problemas escolares, ordenando procedimentos de remediação para crianças individuais e ajudando as recém-admitidas a fazerem uma transição suave de suas casas para a sala de aula, com o objetivo de prevenir atraso escolar e possíveis problemas de comportamento, dentre outros.

Segundo as palavras de Sidney Bijou, colocar essa oferta em prática forneceria uma base comum para a discussão de problemas entre aqueles profissionais que trabalham com o professor (o diretor, o psicólogo, o orientador e o assistente social escolar), pois não faria diferença se o problema fosse o persistente comportamento desviante de uma criança, dificuldades curriculares, turmas turbulentas, pais não cooperativos ou o comportamento de grupos de crianças na lanchonete ou no pátio, já que uma abordagem comum a todos os aspectos da educação – em especial uma baseada em conceitos e princípios experimentais – certamente promoveria o ensino como uma profissão.

O autor conclui afirmando que o resultado final seria “uma comunidade mais bem educada”, sendo este “o primeiro requisito com vistas à instrumentalização de uma sociedade industrial, para que esta administre os avanços da ciência e da tecnologia no sentido de alcançar objetivos humanitários” (MACLEISH, 1968 apud BIJOU, 2006, p. 296).

Análise e Crítica

O artigo – O que a Psicologia tem a oferecer à educação - Agora! –, autoria do psicólogo Sidney Bijou, é um texto que, desde o início, apresenta-se teoricamente frágil e problemático, já que o autor pretende – antes mesmo de expor (oferecer) suas concepções e predileções – justificar que uma possível improbabilidade dos mecanismos e metodologias utilizados por determinada abordagem se dá – não pela ineficácia dos métodos –, mas sim em função da divergência que existe entre os psicólogos quanto às concepções, o objeto de estudo, o objetivo de sua disciplina, ou mesmo quanto a responder uma mera questão imanente à esfera psicológica.

Ou seja, a resposta para uma determinada questão no campo da psicologia “depende quase inteiramente da orientação particular do indivíduo a quem ela é dirigida” (BIJOU, 2006 p. 288). Isto significa que ao se encaminhar a questão “O que a psicologia tem, atualmente, a oferecer à educação?”, a resposta vai depender de interesses, valores e ideologias particularistas e grupais, uma vez que os “psicólogos diferem muito quanto as suas concepções”, afirma Bijou (p. 288).

Tal argumentação nos alude a Patto (1984), quando esta enfatiza que, ao se observar a história da psicologia como ciência, é comum se deparar com um corpo discursivo composto por inúmeras escolas e orientações que lhe dão aparência de um corpo despedaçado, sem unidade. Essa afirmação também corrobora com as indagações e as observações de Teles (1989, p. 47) quando esta examina:

Até onde a psicologia está resolvendo as questões a que se propõe? Avançando bastante em suas pesquisas, confirma a cada dia o seu *status* de ciência. Mas, e na prática, como se coloca? Alguns pontos têm de ser abordados aqui. Em primeiro lugar, há ainda muita confusão e pouco consenso entre os seus adeptos. O que se percebe é um bocado de profissionais trabalhando a partir de premissas diferentes. Quase três quartos dos psicólogos de hoje se dedicam à ciência aplicada ou são tecnólogos, mas não há, absolutamente, consenso em suas abordagens e nas técnicas usadas. Não há, portanto, acordo na metodologia, não existe uma terminologia comum e poucas são as generalizações devidamente comprovadas.

Por isso, afirma Lopes (2008, p. 119), que “no caso da Psicologia, essa correção oferecida pela crítica, muitas vezes, não é alcançada devido à multiplicidade de linhas teóricas e a exacerbada especialização que ocorre dentro de cada linha”. No entanto, se por um lado, a psicologia possui essa multiplicidade de concepções e orientações; por outro lado, ela possui, em sua essência, uma unidade: a axiológica. E esta unidade atende aos interesses da classe dominante, buscando o “ajuste”, a adaptação do sujeito à lógica, aos valores e à cultura da moderna sociedade capitalista.

Conforme Viana (2007), vivemos em um mundo valorativo, que é o mundo humano, e somente a partir de uma fantasiosa ideologia da neutralidade científica ou da autonomia da arte é que se poderia pensar em estar livre de valores, uma vez que o ser humano é, por excelência, um ser valorativo. Nesse sentido, existem os valores universais e autênticos (axionômicos), e os particularistas e inautênticos (axiológicos), demonstrando

que os valores não são equivalentes e, justamente por não ser, é que se pode e se deve optar por uns em detrimento de outros³.

Assim, e em termos mais precisos, os valores são constituídos socialmente. Logo, a axiologia, que são os valores dominantes e particularistas, é formada socialmente. O mesmo vale para a axionomia, que são os valores universais. Na constituição de ambos intervém a consciência e, por isso, muitos conflitos de valores em determinados indivíduos são derivados da falta de percepção das raízes dos seus valores, do seu significado e de sua importância (VIANA, 2007, p. 12). Portanto, uma unidade axiológica é aquela que está ligada e corresponde aos interesses da classe dominante, sendo, portanto, valores classistas e inautênticos, e, por assim ser, servem para regularizar e reproduzir as relações sociais; porém, são fetichistas e desumanos.

De acordo com Teles (1989, p. 47), “a psicologia usa como parâmetros de normalidade e de ajustamento os valores da classe dominante, então ela é, também, um veículo ideológico”⁴. É nesse sentido valorativo que para Bijou, no que diz respeito à finalidade da psicologia escolar, pode-se inferir que:

[...] O resultado final, é claro, seria uma comunidade mais bem educada – o primeiro requisito com vistas à instrumentalização de uma sociedade industrial para que esta administre os avanços da ciência e da tecnologia no sentido de alcançar objetivos humanitários (MACLEISH, 1968 apud BIJOU, 2006, p. 296).

Deste modo, percebe-se que a psicologia torna-se imprecisa e até mesmo desnecessária em qualquer segmento, e não apenas na esfera educacional, já que conforme Bijou, não há um consenso entre os psicólogos em relação a “dados objetivamente verificáveis”, mas sim apenas múltiplas e divergentes interpretações sobre determinado fenômeno. Tal afirmação também não se atenta para o fato de que aquilo o que se entende por “dados objetivamente verificáveis”, na verdade e conforme Viana (2007), não são dados objetivos, mas sim construtos valorativos, produzidos e utilizados com interesses pertinentes à formulação teórica do que se quer demonstrar. Assim, a psicologia não pode compreender,

³ Liberdade, igualdade, criatividade, cooperação, etc., são exemplos de valores autênticos; enquanto que poder, riqueza material, status, dinheiro, competição, liderança, hierarquia, etc., são valores constituídos socialmente e em contradição com a natureza humana, sendo, portanto, valores inautênticos (VIANA, 2007, p. 26)

⁴ Para Marx e Engels (1991), a ideologia é uma inversão da realidade que surge com a divisão social entre trabalho manual e trabalho intelectual. É quando aparecem os intelectuais, especialistas em sistematizar as ideias e assim considerá-las autônomas, naturais, independentes da história e da sociedade, e até mesmo produtoras da realidade. Assim sendo, mesmo reconhecendo que os valores da classe dominante são utilizados como parâmetro de normalidade pela psicologia, Teles (1989) ao relacionar valores e ideologia tende a cair em uma concepção positivista de ideologia, entendendo-a como um “pensamento valorativo” ao invés de sistema de pensamento ilusório.

nem explicar, (ou nos termos de Bijou: oferecer) nada, a não ser múltiplas hipóteses e predições encaixadas a determinadas categorias e de acordo com a orientação particular. Nesse sentido, é a psicologia que precisa ser compreendida e explicada a partir dos valores e construtos que a engendram e a legitimam.

Logo, a presente crítica se desenvolverá em torno do que Bijou caracterizou como a abordagem da *pequena minoria*, uma vez que as outras duas abordagens – a da *grande maioria* e a da *ampla minoria* – foram, por ele, rapidamente mencionadas, servindo apenas como referenciais de ineficácia quando confrontadas com a da *pequena minoria*, que ele considera ser a eficaz e ideal, isto é: a abordagem do grupo da análise do comportamento.

Para Carrara (2005), a questão básica no que diz respeito à análise do comportamento refere-se ao seu aspecto reducionista que aflige – nem tanto os pressupostos teórico-filosóficos (reducionismo de princípio) –, mas sim a atuação do analista do comportamento (reducionismo de prática). De acordo com este autor, a análise do comportamento tem uma tendência a reduzir indevidamente casos complexos a protótipos extraídos, sobretudo, de estudos experimentais de laboratório. Foi, segundo Lopes (2008), devido à influência do darwinismo que os behavioristas lançaram mão de uma série de pesquisas com animais não-humanos, amparados em uma suposta continuidade interespecífica. Por conseguinte, com o avanço da área, essa continuidade aos poucos deixa de ser um pressuposto ideológico (no sentido marxista) para tornar-se uma questão empírica, ou seja, passível de ser resolvida por novas pesquisas com humanos e de uma comparação sistemática com pesquisas similares em não-humanos.

Em relação à díade laboratório *versus* mundo real, embora a discussão seja antiga, a atitude de muitos analistas do comportamento revela a necessidade de uma retomada de alguns pontos da questão. A própria formação acadêmica desses profissionais é um dos aspectos que precisa ser considerado com mais delonga. As aulas de laboratório não deveriam funcionar como um protótipo do funcionamento do mundo real, mas simplesmente para “treinar nosso olhar”: para ensinar para onde devemos olhar e, principalmente, o que devemos ver [...] (LOPES 2008, p. 121).

No entanto, para Bijou (p. 291-292), os conceitos e princípios da análise comportamental podem ser aplicados diretamente à situação de ensino em sala de aula: ao comportamento observável do aluno em relação às técnicas de ensino do professor, aos materiais de ensino, às contingências de reforçamento e às condições contextuais. O professor, com ajuda do psicólogo, deve arranjar as contingências para desenvolver comportamentos de estudos apropriados, com a esperança de que aqueles comportamentos tornem-se parte da maneira como a criança passará a lidar com futuras tarefas de estudo. O professor também deve arranjar contingências programando não apenas os assuntos

acadêmicos formais (os programas visíveis), como também os hábitos e os comportamentos éticos e morais (os programas invisíveis), assim como também é necessário arranjar contingências para reduzir ou eliminar comportamentos reprováveis que impedem a aquisição de comportamentos acadêmicos e sociais desejados.

O autor ainda enfatiza uma programação escolar para uma criança, a saber: 1) enunciar, em termos objetivos, o comportamento alvo ou final desejado; 2) avaliar o repertório comportamental da criança relevante para a tarefa; 3) sequenciar o material didático ou os critérios comportamentais para o reforçamento; 4) iniciar a criança naquela unidade da sequência na qual ela consegue responder corretamente 90% do tempo; 5) gerenciar as contingências de reforçamento com a ajuda de máquinas de ensinar e outros dispositivos para fortalecer aproximações sucessivas ao comportamento final e construir reforçadores condicionados que sejam intrínsecos à tarefa; 6) manter registros das respostas da criança que possam servir de base para modificações em materiais e procedimentos de ensino (BIJOU, 2006, p. 292-293).

Sidney Bijou ainda reforça suas colocações ao afirmar que os dados de pesquisas, até o momento, sugerem que os princípios comportamentais podem ser aplicados à situação de ensino com resultados gratificantes. E aqueles educadores – que desejarem aceitar a oferta dos psicólogos com orientação analítica comportamental – deveriam primeiramente aprender com precisão os aspectos mais específicos dessa abordagem, pois uma fundamentação completa é necessária porque a análise do comportamento não oferece uma *pedra de toque*.

No entanto, se por um lado, ao afirmar que os educadores devem, primeiramente, aprender com precisão os aspectos específicos dessa abordagem com orientação analítica comportamental; por outro lado e em nenhum momento do seu texto, Bijou menciona que os psicólogos, antes de transformarem a escola em seu laboratório particular, deveriam também aprender com precisão os aspectos específicos, as concepções, teorias e conceitos imanentes à educação e os relacionados à pedagogia e, principalmente, os que se referem à pedagogia das classes exploradas, dos oprimidos (Freire, 1987, 1996, 2002, 2005).

Em outras palavras, se aprendessem, talvez entenderiam que a partir de uma Orientação Analítica Comportamental estariam criando metodologias e mecanismos para reforçar e potencializar vários tipos de violência contra as crianças, tais como: Violência disciplinar (FOUCAULT, 1983; VEIGA-NETO, 2005), Violência simbólica (BOURDIEU; PASSERON, 1982), Violência cultural (VIANA, 2002), Violência burocrática (WEBER, 1971, 1986), Violência reativa (FROMM, 1965) e Violência contestadora (VIANA, 2002).

O espaço e a circunstância analítica não permitem um delineamento alongado e exaustivo sobre todas essas concepções de violência e, nesse sentido, serão feitos apenas breves esboços sobre cada uma, apenas com o intuito de demonstrar o entrelaçamento de tais concepções com as finalidades da Orientação Analítica Comportamental para a escola, conforme proposta por Bijou.

Tal como coloca Foucault, a violência disciplinar busca garantir a ordem e a disciplina institucional, o que significa, simultaneamente, produzir um indivíduo disciplinado e, portanto, preparado para receber ordens e atuar em qualquer outra instituição disciplinar (empresa, indústria, estado, etc.):

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor (...). A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (FOUCAULT, 1983, p. 153).

Percebe-se, dentro desta perspectiva teórica, que fica evidenciada uma das funções básicas da abordagem da análise do comportamento enquanto veículo de “fabricação” de determinado comportamento disciplinar (considerado padrão) para a inculcação de um arbitrário cultural através das contingências. Ou seja, a violência simbólica, segundo Santos (2002), aparece com a imposição de uma significação, de um conjunto de valores simbólicos que representam as expectativas de uma classe social e, nesse contexto, a educação emerge como um fenômeno de inculcação de crenças, idiomas, línguas e, conseqüentemente, a eliminação de outras crenças, de outros idiomas:

A seleção de uma cultura arbitrária que, por sua vez, é imposta como legítima, configura, neste caso, uma violência simbólica capaz de dissimular e legitimar uma cultura específica, dando-lhe o caráter de universal. A sociedade, dentro desta perspectiva, é o terreno da imposição cultural que tem no sistema de ensino o veículo, por excelência, da transmissão da ideologia e da reprodução de um arbitrário cultural (BOURDIEU; PASSERON, 1982 apud SANTOS, 2002, p. 108).

Segundo Viana (2002), a escola é uma instituição que realiza a socialização e/ou ressocialização dos indivíduos, ou seja, busca moldá-los para viverem e reproduzirem determinadas relações sociais. Tais relações sociais são as da sociedade capitalista, o que significa que é uma socialização repressiva e coercitiva, ou seja, violenta, pois reprime e exige determinados comportamentos e ideias a partir de uma violência burocrática que determina a manutenção da hierarquia hegemônica, inclusive na esfera educacional da aquisição do saber.

A escola, falaciosamente, se coloca como “redentora” e “transformadora”; mas, em sua essência, ela tem a função de reproduzir o sistema social que a engendra. E, para cumprir sua função como “aparelho ideológico de Estado” (ALTHUSSER, 1985), ela necessita de forças auxiliares, isto é, reforçadores ideológicos que potencializem seus mecanismos de reprodução, assim tal qual a oferta de Sidney Bijou.

Para Viana, a violência escolar assume duas formas básicas: a violência disciplinar e a violência cultural:

A violência cultural é uma relação social na qual um grupo/indivíduo realiza a imposição de uma cultura (ideias, valores etc.) a outro grupo/indivíduo contra sua vontade e/ou natureza. No caso da violência cultural realizada na escola (que é uma instituição capitalista), trata-se da imposição, pela burocracia (classe auxiliar da burguesia), da cultura dominante (axiologia, ideologia, representações cotidianas ilusórias) ao grupo social composto pelos estudantes (VIANA, 2002, p. 125).

A violência escolar, no entanto, tem outra face: é a violência utilizada por aqueles alunos que recusam todas essas repressões e coerções (contingências) que lhes são impostas pelo sistema educacional. São esses indivíduos, segundo Bijou (p. 92), considerados como portadores de “comportamentos reprováveis que obstaculizam a aquisição de comportamentos acadêmicos e sociais desejados” que precisam de contingências excedentes – ou, utilizando expressão de Marcuse (1988): precisam de mais-repressão – para reduzir ou eliminar o “mau comportamento”. Essa violência é caracterizada como violência contestadora (VIANA, 2002), que é um tipo de violência reativa (FROMM, 1965), pois ela nasce em resposta a uma violência que lhe é anterior: ela se manifesta como comportamento antidisciplinar e anticultural (no sentido de negar a cultura dominante), pois contesta a disciplina e o saber escolar, rejeitando a escola e, ao mesmo tempo, sendo um produto dela (VIANA, 2002, p. 128).

Por isso, Sidney Bijou, ao ofertar e selecionar uma abordagem – a análise do comportamento – como sendo aquela que aplicada à situação de ensino terá resultados gratificantes em relação aos “desvios” de comportamentos, linguagens, etc., nada mais faz do que segregar e classificar aqueles indivíduos que, de certa maneira, apenas reagem e se defendem da negatividade e da opressão que lhes são afligidos. Em outras palavras, e conforme Peixoto (2002, p. 27), “não há nenhuma garantia em afirmar que ‘n’ indivíduo possui dificuldades de aprendizagem. Tais dificuldades podem apenas ser uma forma de reação aos conteúdos – pouco ou nada interessantes – propostos pela escola”.

Outras “dificuldades” e “distúrbios” podem ser nada mais do que uma reação contra estímulos externos negativos: valores, crenças, linguagem e cultura que lhes são estranhos

e, ainda, à imposição arbitrária de uma lógica competitiva com oportunidades desiguais entre indivíduos desiguais. Isto é, o contexto escolar reproduz as estratificações sociais, seja intencionalmente ou por falta de compreensão dos seus agentes de que há uma subjugação por parte da escola ao sistema social dominante. Nesse sentido, o processo de produção das diferenças, enquanto desigualdades no contexto escolar, expressa-se principalmente na ideologia do fracasso escolar (ROSENTHAL, 1988).

Assim, não se pode dizer que existem indivíduos “normais” e outros “desajustados” (em relação ao comportamento), mas sim que existem indivíduos integrados e outros marginalizados, pois, do ponto de vista crítico, os analistas do comportamento apenas criam categorias ideológicas que reproduzem no discurso a opressão e a desigualdade existente na sociedade. Conforme Lopes (2008, p. 122) “a falta de um direcionamento ético faz com que as práticas embasadas nessa filosofia da ciência do comportamento acabem por fortalecer (ou, pelo menos, nada fazer para mudar) as desigualdades sociais”.

Portanto, não são os indivíduos os responsáveis por este ou aquele “desajuste”; mas ao contrário, se este existe deve-se entender e reconhecer que o problema está na base do sistema social – no modo de produção capitalista – que propiciou as condições de segregamento, desigualdades sociais e, assim, originou o processo de marginalização das crianças e adolescentes oriundos das classes exploradas, o que vem sendo ignorado e apenas caracterizado como “desajuste” ou comportamento desviante.

Assim sendo, o behaviorismo – ao categorizar determinados comportamentos e tratá-los, de forma reducionista, como sendo inerentes à natureza deste ou daquele indivíduo em função de variáveis e contingências ambientais que podem ser revertidas através de esquemas de reforçamento para “ajustar” e “adequar” o indivíduo aos padrões tidos como socialmente desejado –, nada mais faz do que revelar o seu caráter contraditório, conflituoso e ideológico.

Considerações finais

A presente análise não se concentrou em pormenorizar todos os elementos considerados problemáticos em relação às argumentações de Sidney Bijou em seu artigo *O que a Psicologia tem a oferecer à educação – Agora*. Este texto, de maneira sucinta, apenas pousou um olhar crítico no plano geral do que considerou suas abstrações e limitações, e até mesmo por respeito às circunstâncias analíticas propostas, já que uma crítica mais extensa demandaria também análises mais profundas e específicas em relação ao conjunto da obra do referido autor.

Portanto, esta concisa análise não tem o desejo de nessas poucas linhas encerrar a apreciação e a discussão do assunto proposto. Esperara-se, com isso, levantar novas perspectivas e indagações a respeito da temática Psicologia e Educação, considerando o que ambas possuem em sua essência e denunciando suas contradições e aspectos ideológicos. E, nesse sentido, superar as suas ficções, colocando-as dentro de uma perspectiva de transformação social, não somente no contexto escolar, mas em todos os segmentos da sociedade. Caso contrário, estará sendo feito um desfavor, tanto à educação quanto à psicologia, uma vez que elas estão, de certa forma, suscetíveis às convicções, aos valores e aos interesses de homens concretos (sociais e históricos) que as materializam e as utilizam, seja tanto para a libertação quanto para a manutenção das desigualdades sociais.

Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BIJOU, Sidney. O que a psicologia tem a oferecer à educação – Agora! *Revista Brasileira de análise do comportamento*, 2006, Vol. 2, N°. 2, pp. 287-296.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução*. Elementos Para Uma Teoria do Sistema de Ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CARRARA, K. *Behaviorismo Radical: Crítica e metacrítica*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FROMM, Erich. *O Coração do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

GEHM, T. P. *Reflexões sobre o estudo do desenvolvimento na perspectiva da Análise do Comportamento*. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Experimental) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2013.

LOPES, Carlos Eduardo. Atualidade das críticas ao Behaviorismo Radical: proposta de uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*. Belo Horizonte -MG, 2008, Vol. X, nº 1, pp. 119-123.

MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização – Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

MARX, K; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1991.

PATTO, Maria Helena Souza. *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

PEIXOTO, Maria Angélica. Normalidade, Excepcionalidade e Capitalismo. In: QUINET, Antônio; VIANA, Nildo; PEIXOTO, Maria Angélica et al. *Psicanálise, Capitalismo e Cotidiano*. Goiânia: Edições Germinal, 2002.

ROSENTHAL, R. Profecias auto-realizadoras na sala de aula: as expectativas dos professores como determinantes não intencionais da capacidade intencional dos alunos. In: PATTO, M. H. S. *Introdução à psicologia escolar*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.

SANTOS, Cleito Pereira dos. Educação, estrutura e desigualdades sociais. In: VIANA, Nildo; VIEIRA, Renato Gomes (Org.). *Educação, Cultura e Sociedade: Abordagens críticas da Escola*. Goiânia: Edições Germinal, 2002.

TELES, Maria Luiza Silveira. *O que é Psicologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VIANA, Nildo. Violência e Escola. In: VIANA, Nildo; VIEIRA, Renato Gomes (Org.). *Educação, Cultura e Sociedade: Abordagens críticas da Escola*. Goiânia: Edições Germinal, 2002.

_____. *Os Valores na Sociedade Moderna*. Brasília: Thesaurus, 2007.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WEBER, Max. Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima. In: Cohn, Gabriel. *Weber*. São Paulo: Ática, 1986.

A Cidadania do Sujeito na Gramática do Mundo do Trabalho

Ciro Antônio da Silva Resende*
Janaina Ferreira da Mata**
Vander Lúcio Rabelo da Silva***
Arthur Rodolpho de Paiva Castro****

A cidadania, seja ela trabalhista, socioeconômica, política, cultural ou mesmo filosófica – que inclui o direito de pensar para além dos paradigmas-padrão e da lógica homogeneizante –, deve ser o caminho social do avanço democrático, pavimentado *pari passu* em seu percurso histórico. Uma cidadania cujo passo possibilite o direito à utopia consciente, desperta, no sentido oposto ao da barbárie própria da desigualdade social e da indiferença cristalizada.

Já não é possível a *não-utopia* por um mundo justo, equalizado em sua melodia societária, utopia cujo acorde já se escuta na acústica da dor social dos renegados à própria sorte, do contingente de pessoas tratadas, segundo Bauman (2005), como "lixo humano", refugio de um sistema que inocula seu jugo sobre os ombros dos excluídos.

Vive-se, atualmente, o mundo dos paradoxos. Quanto progresso tecnológico e quanto desamparo social; quanta descoberta científica e quanta violência enquistada nos subúrbios do pensamento; quanta lei, quanta norma disciplinando a conduta societária, e quanto álibi na periferia da própria lei, afugentando a justiça e desalojando o senso de equanimidade que deveria presidir a ação do Estado e de cada ente responsável pelas políticas públicas, garantidoras dos direitos fundamentais expandidos à órbita dos direitos sociais, como educação e trabalho, educação qualificada e trabalho digno.

Diante deste cenário, a partir da concepção teórica de *A grande transformação: as origens de nossa época* (1994), de Karl Polanyi, o trabalho desenvolvido se atém à construção de uma cidadania trabalhista frente aos desafios interpostos pelo capitalismo. Vale destacar que este artigo baseia-se em pesquisa bibliográfica, apresentando argumentos que são fruto da pesquisa de diversos autores. Estes possibilitaram identificar o

* Graduando em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais.

** Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Possui graduação em Comunicação Social - Habilitação Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (2000). Especialista em Marketing e Comunicação Corporativa pela Faculdade Santo Agostinho de Montes Claros (2005).

*** Graduando em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais.

**** Graduado em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais.

desenvolvimento de uma cidadania do trabalho e para o trabalho, a qual passa, dentre outras coisas, pela reestruturação das coletividades e dos sindicatos, muitas vezes capturados pelo discurso empresarial.

Dessa maneira, o texto está dividido, em três partes. A primeira apresenta uma abordagem histórica acerca do trabalho e da cidadania trabalhista, caminhando-se da Grécia até o mundo contemporâneo. A segunda parte foca na cidadania enquanto “invenção coletiva” e nos desafios que lhe são interpostos pelo mercado. A parte final, buscando tecer algumas conclusões, aborda o desenvolvimento de uma cidadania trabalhista, perpassada por uma nova educação social e por um caminho ideológico, a fim de se evitar que a ética e a democracia sejam transformadas em mera periferia do mercado.

A Cidadania Trabalhista Frente a Diferentes Contextos Históricos e à Lógica do Mercado

No fatídico dia 8 de março de 1857, mulheres-operárias de uma fábrica têxtil, situada em Nova Iorque, fizeram uma greve, reivindicando melhores condições trabalhistas, redução da jornada trabalho (que era de 16 horas por dia), equiparação salarial com os homens (uma vez que as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno. Foram elas trancadas dentro da fábrica, a qual foi logo após incendiada, causando o óbito de 130 tecelãs. Desde então até a morfologia do movimento operário e sindical, com sua gramática de lutas, acertos e desacertos, temos na cidadania a transcrição da linguagem social da inclusão ou exclusão de parcela considerável de trabalhadoras e trabalhadores.

Buscando analisar o novo formato das relações trabalhistas, Antunes (2000) afirma a centralidade do trabalho, que é visto hoje como algo altamente complexo e bastante precarizado, devido à superexploração do tempo e da força do trabalhador. Para o autor, o trabalho continua central, embora as implicações dessa centralidade remetam a uma nova morfologia. A centralidade do trabalho é presumida pelo fato de que o trabalho dota de sentido a existência humana e suscita a preocupação com a sobrevivência. Se é equivocado pensar o fim do trabalho na sociedade que cria o fetiche da mercadoria, é, entretanto, necessário compreender que várias mutações e metamorfoses têm ocorrido no mundo trabalho. E essas mutações atingem principalmente o trabalhador, aumentando, muitas vezes, o hiato entre sua cidadania de direito e o contexto de exploração e precarização do

trabalho. Aqui, temos na centralidade do próprio trabalho a sua negativa maior: o metabolismo social da lógica insana do capital, que impede o sentido de plena realização da subjetividade humana, priva o trabalhador de seu próprio tempo. Segundo Mészáros (2007, p. 33, *grifos do autor*),

Em termos gerais, talvez a maior acusação contra nossa ordem social dada é que ela degrada o fardo inescapável do tempo histórico significativo – o tempo de vida tanto dos indivíduos como da humanidade – à tirania do imperativo do tempo reificado do capital, sem levar em conta as consequências. (...) A única modalidade de tempo em que o capital pode se interessar é o *tempo de trabalho explorável*. Isso se verifica mesmo quando a exploração cruel do tempo de trabalho se torna um *anacronismo* histórico, em virtude do desenvolvimento potencial da ciência e da tecnologia a serviço da necessidade humana. Contudo, uma vez que o capital não pode contemplar essa alternativa, [ele] se torna o *inimigo da história*.

Sobre o contexto histórico da cidadania, temos que tal expressão vinculava-se ao exercício político na *pólis* dos gregos. Todavia, não eram todos os gregos os que podiam ser considerados cidadãos. Na Grécia antiga, mulheres e escravos trabalhadores eram excluídos da participação política. A cidadania era mais um privilégio do que um direito.

Perpassando a história romana, é no embate entre patrícios e plebeus que a cidadania emerge como uma luta, um gládio social em que o setor dominante da sociedade escolhe o que conceder aos excluídos, à plebe. A cidadania em Roma não era ainda um fator de equação social, mas um privilégio de classe, uma benesse política.

Já na Revolução Inglesa, considerada por muitos autores e pesquisadores um marco na história da cidadania, pode-se vislumbrar a valorização do trabalho e a sua respectiva inserção no mundo político, devido, principalmente, à intensa influência religiosa estendida sobre o trabalho. O trabalho, antes considerado aviltante para os homens livres da *pólis* grega e para os patrícios romanos, passa, agora, a ser interpretado sob a égide do protestantismo e seu enfoque bíblico-mercantilista.

No tempo contemporâneo, a cidadania, mormente nos Estados Democráticos de Direito, é um dos direitos fundamentais do homem, eticamente vinculada à dignidade da pessoa humana, aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e ao pluralismo político. Não há soberania real sem o postulado da ética cidadã, visto que por soberania, em um Estado Democrático de Direito, entende-se o poder que emana do povo, do cidadão, exercido direta ou indiretamente por meio de seus representantes. O exercício político, no contexto

da soberania popular, confere grau de cidadania a todos. No entanto, se em tese isso é garantido, na *práxis* cotidiana, a cidadania e o exercício político de seus direitos são obliterados pela sombra opressora da exclusão social.

A situação do trabalhador, tanto no Brasil quanto em qualquer lugar do mundo, configura-se preocupante, sujeita à barbárie do liberalismo econômico, ao guante de um sistema econômico que espolia o tempo do trabalhador e o converte em tempo apenas *explorável*. Daí a assertiva de Polanyi (1994, p. 162) que, fazendo uma análise profícua da sociedade industrial nascente na Grã Bretanha nos séculos XVIII e XIX e perquirindo seus reflexos na sociedade consumista dos nossos dias, já alertava que

O homem, sob o nome de mão-de-obra, e a natureza, sob o nome de terra (propriedade), foram colocados à venda. A utilização da força de trabalho podia ser comprada e vendida universalmente, a um preço chamado salário, e o uso da terra podia ser negociado a um preço chamado aluguel. Os serviços prestados à sociedade pelas classes fundiária, média e trabalhadora modelaram toda a história social do século XIX. (...) As classes médias foram as condutoras da nascente economia de mercado; seus interesses comerciais, como um todo, eram paralelos ao interesse geral quanto à produção e o emprego. (...) Os mercados se expandiam, podia se investir livremente. (...) Por outro lado, as classes comerciais não pressentiram a degradação geral da existência, desenvolvendo uma crença quase sacramental na beneficência universal dos lucros.

Polanyi (1994) mostrou como o Estado, a serviço dos empreendedores industriais, mobilizou-se para criar as condições da submissão da sociedade ao mercado. Insere-se, aqui, a ideia de “problema constitucional”, a qual, segundo Reis (2009, p. 359), refere-se ao “problema da articulação entre o capitalismo e as diversas faces da democracia (...) que cada estado nacional deverá resolver”. Na concepção de Polanyi (1994), criou-se um novo sistema social no qual todos os indivíduos trabalhadores tornaram-se células dispensáveis e descartáveis de uma engrenagem de mercado que, de fato, era uma máquina à qual o homem estaria condenado a servir.

O valor da crítica de Polanyi deve ser ressaltado. O autor desmistificou a falácia econômica de que o valor econômico de uma mercadoria é determinado pela sua escassez, aliada à ideia de que não há como prover a subsistência de todos. Para ele, a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência. O mercado é uma estrutura institucional a serviço do lucro pelo lucro, fomentando a exclusão. O mercado é excludente em sua estrutura, de credo materialista e fomentador de uma utopia elitizante e elitista. O autor desmontou o dogma da escassez, axioma central da análise econômica. Sua assertividade

tenta recuperar o paradigma de economia enquanto ciência da produção e redistribuição social, e não como um sistema de produção de bens a serem capitalizados.

Para Karl Polanyi, a principal característica de nossa civilização é que ela foi a primeira a se basear em fundamentos econômicos. Segundo ele (1994, p. 31), todas as sociedades estão “limitadas pelas condições materiais da sua existência - este é um traço comum a toda vida humana, na verdade a toda vida”.

Mas, na nossa sociedade,

Ao invés de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. (...) Separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por uma organização atomista e individualista (POLANYI, 1994, p. 198).

O que Polanyi critica é a utopia do mercado, utopia não pelo fato de se basear na economia, mas por se basear em uma economia fundada apenas nos interesses pessoais individualistas, não coletivos. O sistema econômico europeu do século XIX se separou institucionalmente do resto da sociedade. Tal divórcio institucional, provocado pelo economicismo soberbo do lucro pelo lucro, colocou a cidadania trabalhista no cenário da riqueza e da miséria do trabalho. O receituário neoliberal, com sua posologia de desregulamentação de direitos, provocou crises substanciais no exercício de uma cidadania trabalhista.

Seria necessário reinstitucionalizar, reconfigurar o mercado de trabalho. A nova configuração primária pela dimensão ética de proteção e garantia de seguridade social. E a seguridade social, que pressupõe um Estado interventor – não um Estado mínimo, de tendência neoliberal e excludente –, valeria para toda classe trabalhadora, seja na garantia da empregabilidade, seja na garantia de cidadania em seu trabalho informal. Seguridade que atravessa o vazio, os hiatos e as fendas provocadas pela exclusão social.

Desafios Interpostos à Cidadania Enquanto “Invenção Coletiva”

Há um enorme desafio para a cidadania do trabalho, no trabalho e pelo trabalho. Em um primeiro momento, há que se discutir e questionar a precarização do trabalho e a conseqüente desconsideração ao trabalhador. E é válido lembrar o sequestro da subjetividade a que o trabalhador está exposto, em prejuízo da própria cidadania. Giovanni Alves (2011) salienta que

A crise de (de)formação do sujeito de classe é uma determinação tendencial do processo de precarização estrutural do trabalho que, nesse caso, aparece como precarização do homem que trabalha. (...) Ora, a precarização do trabalho não se resume a mera precarização social do trabalho ou precarização dos direitos sociais e direitos do trabalho de homens e mulheres proletários, mas implica também a precarização-do-homem-que-trabalha como ser humano-genérico. A manipulação – ou ‘captura’ da subjetividade do trabalho pelo capital – assume proporções inéditas, inclusive na corrosão político-organizativa dos intelectuais orgânicos da classe do proletariado.

Em outro momento, o autor ressalta:

Uma de nossas hipóteses é que existe um vínculo orgânico entre acumulação por espoliação e as novas práticas empresariais de ‘captura’ da subjetividade do trabalho vivo e da força de trabalho, com destaque para a ampla gama de mecanismos organizacionais de incentivo à participação e envolvimento de empregados e operários na solução de problemas no local de trabalho. A apropriação/espoliação da criatividade intelectual (ou emocional) não apenas de empregados e operários, mas de clientes, consumidores e usuários de produtos e serviços instigados a ‘agregar’ valor à produção da mercadoria são exemplos da sociabilidade de predação que caracteriza o metabolismo social do capitalismo global (ALVES, 2010, p. 28).

No lugar da reificação típica da produção e do processo maquinal do taylorismo-fordismo, surge uma nova lógica de controle e organização do trabalho, apontada por Alves (2010) como sendo a “captura” da subjetividade, na qual tanto os valores empresariais quanto os da vida social se misturam, em uma simbiose empresa-empregado, capital-trabalhador, minando a cidadania em seu ponto específico, qual seja o de resignificar e preservar o espaço do cidadão enquanto trabalhador.

Nesse contexto, vale lembrar a lição de Paulo Freire (2009), segundo a qual a cidadania é uma invenção coletiva, uma forma de visão do mundo. O espírito toyotista cria uma relação antípoda com a cidadania trabalhista, diametralmente oposta, uma vez que a pedagogia da autonomia ensina que o debate ideológico é imprescindível para qualquer edificação cidadã. Freire (2009, p. 63) alerta, com razão, que

É reacionária a afirmação segundo a qual o que interessa aos operários é alcançar o máximo de sua eficácia técnica e não perder tempo com debates ‘ideológicos’ que a nada levam. O operário precisa inventar, a partir do próprio trabalho, a sua cidadania que não se constrói apenas com sua eficácia técnica mas também com sua luta política em favor da recriação da sociedade injusta, a ceder seu lugar a outra menos injusta e mais humana.

Com certeza, a ética do mercado não é a ética da cidadania. O sistema capitalista de um neoliberalismo globalizante é o avesso de uma cidadania trabalhista. Cidadania que vai além de se ter ou não um emprego formal, visto que o trabalho transcende a formalidade jurídica e contratual. Tal como se educar ou se instruir, a cidadania, segundo Paulo Freire (2009), não é um ato de consumir ideias, mas de criá-las e recriá-las quantas vezes seja preciso. A cidadania trabalhista, nesse sentido, não é apenas o ato de consumir formalmente os direitos já adquiridos, mas de criá-los e recriá-los frente a novos contextos e novas demandas dos trabalhadores em prol de uma vida digna, e frente à nova polissemia e à nova gramática do trabalho.

Por isso, é desconhecer ou querer subestimar a cidadania trabalhista falar em “fim do trabalho”. É como Narciso se olhando no espelho sem se ver, já que o espelho de Narciso não reflete, apenas encobre o real. É nesse sentido que Antunes (2009, p. 54-55, *grifos do autor*), denunciando o encobrimento da realidade, sustenta, em sua visão de mundo, que

Contrariamente (...) às teses que advogam o fim do trabalho, estamos desafiados a compreender o que venho denominando como a *nova polissemia* do trabalho, a sua *nova morfologia*, isto é, sua *forma de ser* (para pensarmos em termos ontológicos), cujo elemento mais visível é o seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que abalaram o mundo produtivo do capital nas últimas décadas. Nova morfologia que compreende desde o operariado industrial e rural clássicos, em processo de encolhimento, até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários que se ampliam. Nova morfologia que pode presenciar, simultaneamente, a retração do operariado industrial de base tayloriano-fordista e, por outro lado, a ampliação, segundo a lógica da flexibilidade-toyotizada, das trabalhadoras de *telemarketing* e *call center*, dos *motoboys* que morrem nas ruas e avenidas, dos digitalizadores que laboram (e se lesionam) nos bancos, dos assalariados do *fast food*, dos trabalhadores dos hipermercados etc.

A cidadania trabalhista é o único recurso viável para desmitificar a fábula do capitalismo desumano. É a ferramenta do operário na sua luta cotidiana, do trabalhador informal em sua lida, do desempregado em busca de emprego, do empregado em busca de tratamento digno e proteção social por parte do Estado e dos gestores de políticas públicas.

Como se constrói a cidadania? E como se edifica a cidadania trabalhista? Primeiramente, a questão depende de um senso educativo. É a educação para o mundo, em sua leitura de mundo, que fará germinar a cidadania através do exercício social do cidadão. O homem não pode continuar vivendo na periferia da dignidade. Deve ele ser o centro do

que é digno e essencial à vida. O trabalho deve ser o sentido da realização humana, não apenas a resultante deficitária entre o tempo humano do trabalhador e o tempo explorável de mão-de-obra por parte de um sistema opressor, de um mecanismo e de um maquinário social, feitos apenas para produzir um lucro excedente.

Aqui, também, não se pode servir a dois senhores. O antipodismo não poderia ser mais claro. O consumismo, como dispositivo de um mundo preso a narcisismos sofisticados e alienantes, não conseguiria espelhar com exatidão e clareza a cidadania. Muito menos se essa cidadania for trabalhista. Faltaria o essencial: transparência. A tentativa de capturar a subjetividade do trabalhador tem essa característica com requintes de fascismo sorridente: emboscar o trabalhador com suas luzes de neon empresarial e negar a ele o espaço da cidadania plena. Imobilizá-lo com seus tentáculos, seu controle paternal, sua “rede familiar”.

O ideal do capital é a de um caçador acumulando presas, em bases jurídicas e contratuais, desde que tais bases possibilitem a colheita de mais-valia em todos os sentidos. O ideário da cidadania é o de um jardineiro, que semeia a dignidade humana no solo duro do neoliberalismo econômico. Entre a precarização do trabalho e a germinação tenra da cidadania, impera a praga do consumo excedente.

Santos (2010, p. 49) aponta o consumismo cego como a penumbra da cidadania. Segundo ele,

O consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é, também, um veículo de narcisismos, por meio dos seus estímulos estéticos, morais, sociais; e aparece como o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente. (...) Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão.

E o autor recorda que a grande tarefa social do fim do século XX e começo do XXI é o reaprendizado da cidadania. Há uma violência estrutural no entorno do mundo do trabalho, na tentativa de suprimir cidadanias e manietar o trabalhador. A chamada consumista procura retardar consciências, mergulhar o consumidor num mundo de miragens e sofismas tecnológicos. Há uma ideologia malsã por trás da exploração trabalhista. Somente a cidadania romperia com essa cegueira social, com a exclusão degradante e a coisificação do operário ou de qualquer um, seja no setor informal ou desempregado.

E para que não se repita, com o trabalhador, o que Ferreira Gullar já denunciava em seu poema, intitulado “O açúcar” (1975):

Em lugares distantes, onde não há hospital
nem escola,
homens que não sabem ler e morrem de fome
aos 27 anos
plantaram e colheram a cana
que viraria açúcar.

Em usinas escuras,
homens de vida amarga
e dura
produziram este açúcar
branco e puro
com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.

É nesses guetos de miséria que a cidadania esconde seu veio e sua nascente. É nesses grotões e bolsões de miséria que o capital faz suas maiores vítimas. E é nessas paragens que o Estado se omite com maior pujança e desprezo pela cidadania. Ou assumimos uma identidade intelectual com o bem de todos, ou ficaremos na penumbra de uma civilização democraticamente morta, imobilizada pelo imperialismo do mercado, pela fábula terminal de um capitalismo desumano e pela metástase do egoísmo dos grandes monopólios que ditam não só as regras do mercado, mas as regras do que viver.

Considerações Finais: Cidadania do Trabalho e Para o Trabalho

Não se constrói cidadanias sem quebrar paradigmas mortos. Muito menos sem desmitificar dogmas de cunho alienante. A educação social sobre o trabalho deveria ser a premissa maior de toda democracia fundada na soberania popular. Uma cidadania trabalhista consiste na educação como premissa ideológica para o questionamento e para o contraponto aos dogmas do trabalho precarizado e do sequestro capitalizado do tempo humano.

A cidadania do trabalho e para o trabalho consiste na reestruturação das coletividades, dos sindicatos, muitas vezes também sequestrados pelo “canto da sereia” e capturados pelo discurso empresarial. A cidadania no trabalho consiste na convenção social do que é justo, na denúncia dos assédios morais, sexuais, culturais, na solidariedade percuciente desembargada pela voz de qualquer cidadão.

É preciso notar os buracos negros na órbita do mundo. Talvez o liberalismo econômico do século XVIII, o neoliberalismo dos séculos XX e XXI, a utopia macabra e

perversa do mercado acima da sociedade humana, a tendência homogeneizadora das ideologias do Ocidente com seu imperialismo político-econômico sejam, agora, apenas buracos negros de estrelas mortas e que já não existem mais. Essa é a lição da astronomia: parte das estrelas que vemos atualmente são apenas o reflexo da luz que já não possuem, mas que chegam até nós pela distância que percorreram, pelos anos-luz despendidos na trajetória do tempo.

Assim parece não ser diferente com o brilho ou opacidade social dos tempos. Oxalá o neoliberalismo já seja uma estrela morta emitindo seus últimos reflexos de uma luz que já não possui, uma estrela que virou apenas um buraco negro na órbita da história que foi regida no mundo. E como a astronomia nos dá outra lição, a de que novas estrelas também nascem, ou já nasceram, mas seu brilho só chegará até nós somente daqui a algum tempo, devido aos anos-luz de distância que nos separam, quem sabe a estrela nascida da solidariedade e da cidadania integral esteja a caminho? A diferença é que a órbita de tal estrela perpassará o mundo pessoal de cada cidadão e de cada cidadã interessados na equanimidade e na justiça social. E o foco da cidadania poderá emitir seu brilho extensivo, seu reflexo democrático.

Morin (2001, p. 78, *grifos do autor*) assim entende a proposição de um novo mundo:

Civilizar e solidarizar a Terra, transformar a espécie humana em verdadeira humanidade torna-se o objetivo fundamental e global de toda educação que aspira não apenas ao progresso, mas à sobrevivência da humanidade. A consciência de nossa humanidade nesta era planetária deveria conduzir-nos à solidariedade e à comiserção recíproca, de indivíduo para indivíduo, de todos para todos. A educação do futuro deverá ensinar a *ética da compreensão planetária*.

O desenvolvimento de uma cidadania trabalhista passa pela civilização tardia do homem, por uma nova educação social e por um caminho ideológico que evite que a ética e a democracia sejam transformadas em mera periferia do mercado. Isso porque a cidadania não nasce “por acaso no regaço do vale” (GULLAR, 1975). É fruto da pedagogia política dos oprimidos e da luta cotidiana. Assim, o grande desafio encontrado no processo político moderno pode ser visualizado como a conciliação das tensões que resultam da busca por atender “à demanda contraditória de que a cidadania seja simultaneamente um foco de convivência igualitária e solidária dos agentes sociais e uma arena para a afirmação autônoma dos objetivos ou interesses de qualquer natureza” (REIS, 2009, p. 369). Só assim o trabalho pode deixar de ser um mero aprisionamento do presente, onde o fabricar, plantar e criar está sempre vinculado à esperança de que se pode usufruir do fruto do labor

futuramente, enquanto a realidade, nua e crua, demonstra que muitas lojas continuam cheias, no momento em que várias mesas permanecem vazias.

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. *A crise europeia e o “moinho satânico” do capitalismo global*. Disponível em: joseluzquadrosdemagalhaes.blogspot.com/.../466-artigo-p. Acesso em: 03 de julho de 2011.

_____. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2010.

ANTUNES, Ricardo. *Trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização*. Theomai, n. 19, 2009. Disponível em: redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf. Acesso em: 03 de julho de 2011.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GULLAR, Ferreira. *Dentro da noite veloz & Poema sujo*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p. 51-52.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2001.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1994.

REIS, Fabio W. Cidadania democrática, corporativismo e política social no Brasil. In: REIS, Fabio W. *Mercado e utopia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 359-386.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2010.